

SESSÕES DO PLENÁRIO

118ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 19 de novembro de 2013.

PRESIDENTE: DEP. ÁLVARO GOMES *AD HOC*

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Viana, Alan Sanches, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Augusto Castro, Bira Corôa, Bruno Reis, Cacá Leão, Capitão Tadeu, Carlos Brasileiro, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Cel. Gilberto Santana, Delegado Deraldo, Elmar Nascimento, Euclides Fernandes, Fátima Nunes, Gaban, Graça Pimenta, Ivana Bastos, J. Carlos, João Bonfim, João Carlos Bacelar, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Kelly Magalhães, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiz Augusto, Luiza Maia, Marcelino Galo, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Mário Negromonte Júnior, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pastor Sargento Isidório, Paulo Azi, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Rosenberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Targino Machado, Temóteo Brito, Tom Araújo, Vando, Yulo Oiticica, Zé Neto e Zé Raimundo. (60)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Há um requerimento sobre a Mesa: “*Exmº Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.*”

Os Deputados infrafirmados, com base no que dispõe o inciso II, art. 92 do Regimento Interno, requerem a convocação de uma sessão extraordinária, a ser iniciada 2 minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar as seguintes matérias: projeto de lei nº 20.502/2013, projeto de lei nº 20.504/2013 e o projeto de decreto legislativo nº 2.498/2013.”

Há mais de 21 assinaturas de deputados, portanto já está automaticamente convocada uma sessão extraordinária para 2 minutos após o encerramento desta.

(O Sr. Presidente procede à leitura do expediente.)

OFÍCIOS

Do Dep. Sidelvan Nóbrega, comunicando sua ausência da sessão no dia 26/09/2013, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Do Dep. Jurandy Oliveira, comunicando sua ausência da sessão no dia 11/11/2013, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Pequeno Expediente.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Zé Raimundo.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Sr. Presidente desta sessão, deputado Álvaro Gomes, colegas deputados e deputadas, imprensa, nossos técnicos aqui da secretaria, gostaria de trazer para esta intervenção dois importantes acontecimentos que tivemos a honra de participar, ontem, em Vitória da Conquista.

No primeiro, à tarde, no Colégio Modelo, realizamos a segunda etapa do Observatório da Educação do Sudoeste da Bahia, uma iniciativa da Comissão de Educação da Câmara de Deputados proposta pelo nosso amigo, companheiro e irmão Waldenor Pereira, que é membro dessa comissão. Ele e o presidente Gabriel Chalita estiveram, há cerca de 1 mês, lançando esse projeto Observatório da Educação no Sudoeste da Bahia.

Ontem, tivemos a apresentação de sete projetos: dois da Direc 20, de Vitória da Conquista, o Colégio Estadual Orlando Leite e o Colégio Estadual Vilas Boas Moreira; dois projetos da Direc 24, Colégio Estadual Modelo de Mortugaba; um outro projeto do Centro Tecnológico Territorial da Educação Profissional Sertão Produtivo; o CETEP de Caetité; e ainda um projeto da Direc 14, de Itapetinga; e outro de Macarani.

O vencedor foi o projeto do Território do Sertão Produtivo, que teve como tema a caravana sobre o ensino profissionalizante do CETEP de Caetité. Foi um momento muito interessante porque mostrou o chão da escola, o dinamismo e a criatividade dos nossos educadores.

Outro acontecimento importante, Sr. Presidente, foi a comemoração de 50 anos das Juntas de Conciliação e Julgamento de Vitória da Conquista, na Justiça do Trabalho, que se instalaram naquele município em 1963. Na oportunidade, com a presença dos juízes daquelas varas, da vice-presidente do Tribunal Regional do Trabalho, fizemos uma homenagem ao Franklin Ferraz, juiz do trabalho preso em 64 pelo golpe militar, mostrando as consequências naquela região da ditadura militar.

O Franklin Ferraz, um jovem juiz, teve seu mandato cassado, seu cargo, de certa maneira, usurpado pela ditadura militar. E logo depois viria a falecer em 1968. Foi um momento de grande motivação para todos nós, educadores, porque foi o

evento promovido pelo Laboratório de História Social do Trabalho. Por isso eu quero parabenizar a professora Rita de Cássia Pereira, todos os professores daquela instituição, em especial o juiz Sebastião Lopes, da 1ª Vara, os demais juizes da 2ª Vara de Trabalho. E dizer que, em função dessa cooperação, hoje a memória histórica da Justiça do Trabalho de Vitória da Conquista está sendo preservada pela Universidade do Sudoeste da Bahia, através do Laboratório de História Social, que eu tive também o privilégio de participar da sua organização.

E finalmente, Sr. Presidente, eu gostaria de trazer também a referência ao 20 de novembro, e eu sei que vários colegas terão oportunidade de tratar desse tema. E dizer que nós, o povo brasileiro, nós, os reformadores sociais, nós, do Partido dos Trabalhadores, temos grande contribuição nesse processo; desde o final dos anos 70 que lutamos contra todas as formas de racismo, de desigualdades social e étnica, e lá em Vitória da Conquista tivemos a oportunidade, na minha gestão enquanto prefeito, de implantar vários programas, vários projetos, vários organismos que vêm lutando para a promoção da igualdade racial, e muitas dessas experiências que começaram nas prefeituras se tornaram política pública.

Daí a importância, nesse momento, no Brasil inteiro, de nós estarmos comemorando o 20 de novembro, Dia da Consciência Negra, dia do combate ao racismo, dia de luta do povo brasileiro para construir uma sociedade mais justa e igualitária.

Eram essas as nossas considerações, Sr. Presidente, nessa nossa intervenção. Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Concedo a palavra ao deputado Bira Corôa pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. BIRA CORÔA:- Sr. Presidente, deputado Álvaro Gomes, senhores, senhoras, deputados, deputadas, servidores, Srs. da Imprensa, faço uso da palavra, nesse exato momento, primeiro para informar que hoje pela manhã, nobre deputado João Carlos Bacelar, tive o privilégio de participar de uma Mesa, no município de Camaçari, onde está sendo lançado um simpósio de preparação para as baianas do acarajé daquele município. O propósito disso é prepará-las com a ação de empreendedoras, com a participação da Caixa Econômica, do Bradesco, Banco do Brasil, com a participação também do Sesc/Senai e da ABAM, na perspectiva de preparar as baianas do acarajé na qualificação profissional e na intervenção e atuação na sua atividade laboral.

É interessante destacar que também foi citada pelas baianas do acarajé, em debate, a situação delas em Camaçari. Destacou-se o que o município já vem fazendo na preparação e qualificação das suas atividades, no trato e respeito, mas, também, externada a preocupação que as baianas do acarajé de Camaçari e da Região Metropolitana apresentam em relação à determinação da Justiça Federal de retirá-las das praias. Isso está sendo iniciado em Salvador, mas que já chega, como informe indicativo, também à ilha, e da mesma forma já se discute que as praias de Camaçari

podem passar por esse mesmo processo.

E aí o município, através da Secretaria de Planejamento, já abre uma discussão na perspectiva de criar uma alternativa viável para a garantia das baianas do acarajé nos 42 quilômetros de praias e de extensão no município de Camaçari.

Este foi um foco importante tratado, dentre os vários temas, durante a manhã de hoje, no simpósio que se estenderá até o final do dia com a perspectiva de discutir a questão do preparo e do empreendedorismo no município.

Mas, Sr. Presidente, ainda no tempo que me resta, quero destacar que hoje é 19 de novembro e estamos à véspera da comemoração do Dia da Consciência Negra, pois o seu dia é 20 de novembro. Este dia é, para a comunidade negra do Brasil e, em especial, da Bahia, o mais celebrado, uma vez que lembramos a morte de Zumbi.

Reafirmamos Zumbi como um grande herói nacional na resistência dos quilombos. Zumbi, mais milhares de negros e negras, índios, mestiços e, também, brancos, excluídos da sociedade naquele período, se aglutinaram nos quilombos como ponte de resistência e de construção de uma sociedade mais justa, mais igualitária, mais participativa. Zumbi representa tudo isso.

Nós não celebramos o 13 de maio. E não celebramos o 13 de maio exatamente, porque este dia não reflete a liberdade e o fim da escravidão. Não celebramos o dia 13 de maio, mas compreendemos a sua importância. O dia 13 de maio não passou de um ato administrativo e político de sua época para dar resposta ao movimento internacional, para dar respostas ao movimento abolicionista nacional e para dar resposta, acima de tudo, a uma pressão socioeconômica internacional, já que o Brasil era um dos últimos países, em sua época, a manter o regime escravagista. Então, sem dúvida alguma, o 13 de maio não simboliza, para nós, a libertação.

Mas fico muito satisfeito porque, ao longo deste mês de novembro, não se comemora, apenas, uma data, um dia, Sr. Presidente. Novembro é o mês da consciência e o mês de atividades. O nosso gabinete tem participado, desde o dia primeiro deste, de várias atividades que se estenderão, sem dúvida nenhuma, até o dia 30 de novembro, consolidando, assim, um mês inteiro de atividades em todo este estado.

E, hoje pela manhã, também, tive a oportunidade de participar, em Camaçari, do lançamento de um programa para absorver a cultura com a implementação da lei nº 10.639 nas escolas municipais em Camaçari como uma grande ação e com o cumprimento de uma lei que é, extremamente, estratégica e importante.

Por fim, quero parabenizar todos os segmentos sociais organizados que têm defendido, como bandeira de consolidação social e de construção de cidadania, a quebra do racismo, a quebra de todas as formas de discriminação e a afirmação desta sociedade mais justa, mais igualitária e mais participativa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Convido o deputado Bira Corôa para me substituir.

Concedo a palavra ao deputado Tom Araújo.

O Sr. TOM ARAÚJO:- Colega e deputado Álvaro Gomes que passa a Presidência dos trabalhos para Maria del Carmen, deputadas, deputados, imprensa que nos escuta aqui neste momento, TV Assembleia, ontem, assistimos, aqui nesta Casa, a muitos parlamentares fazerem a defesa dos novos presos deste País.

Respeito todos. Sempre respeitei os parlamentares ao usar esta tribuna, pois os tenho como colegas aqui na Assembleia. Agora, é um absurdo termos presos neste País, condenados pela Justiça, serem defendidos, aqui nesta tribuna, como se fossem vítimas. Ouvi, aqui, diversos parlamentares dizerem que foi a indústria midiática que o fizeram, neste País, a respeito dos últimos acontecimentos.

Ora, quero saber como devem ser tratados os presos, melhor, os novos presos que tiram dinheiro das áreas de saúde, educação, merenda escolar e, até mesmo, do sistema carcerário? Para quê? Eles fizeram isso para desviar dinheiro público! O que houve foi desvio de dinheiro público! Não foi nada diferente disso não! Deputados recebendo mensalão e mensalinho para aprovar projetos do governo, tudo isso foi assistido pelo nosso País, pelos brasileiros.

O que temos que ter é orgulho da Justiça. Porque a justiça está sendo feita. Estão sendo condenados aqueles que têm alguma coisa a pagar, os que têm que dar satisfação à população. E não tem como dar a satisfação se não for com a prisão. A Justiça tem que fazer isso no País que preza pela moralidade. E o Brasil tem que prezar por isso mesmo.

O que ficamos estarecidos é a forma, realmente, como está sendo conduzido. Não é nada pessoal, mas os meus colegas que subiram aqui, na tribuna, ontem, defenderam esses condenados e os trataram até como presos políticos. Outra coisa, é como eles estão sendo tratados na Polícia Federal, diferentemente da maioria da população carcerária do País. Eles são tratados de maneira diferente. Mas vivemos num País de possibilidades. E foi possível, sim, o Brasil punir esses presos, esses políticos que não honram o nosso País de forma alguma.

Quero parabenizar a Justiça por ter sentenciado a favor do povo brasileiro, em desfavor a esses que desviaram dinheiro público e fizeram negociatas. Foram condenados porque o Brasil assistiu com vergonha tudo aquilo. E dessa forma eles não conseguiram inclusive representar o nosso povo e a nossa gente. Então, é com muito repúdio que venho a esta tribuna dizer que os presos deste País, esses políticos, envergonham o nosso povo e a nossa gente.

Quero parabenizar a Justiça e a Imprensa também. A Imprensa está fazendo o seu papel. E não há outro papel que não seja o de informar sobre o que está acontecendo, principalmente, a verdade a respeito dos fatos ocorridos. Deixo registrado que parabenizo a Justiça. E o meu repúdio é a esses criminosos que destratam o que deve ser defendido com muita seriedade, que é a honra, e o que tem de melhor no nosso povo e na nossa gente, a honestidade.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTE (Maria del Carmen): - Com a palavra o deputado Álvaro Gomes, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr^a Presidente, gostaria que V.Ex^a inserisse nos Anais desta Casa o Editorial do Vermelho, Partido Comunista do Brasil, www.vermelho.org.br, com o título: (Lê) *“As prisões dos dirigentes do PT e a luta política atual. Há duas posturas possíveis ante a determinação, pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, da prisão imediata (antes do término formal do julgamento) dos condenados na Ação Penal nº 470, o chamado “mensalão”, entre eles José Genoíno e José Dirceu.*

Uma postura é a da direita conservadora e raivosa, que aplaude a atitude inédita e antidemocrática do presidente do STF de determinar urgência no cumprimento de penas num julgamento que ainda não terminou.

A outra é a dos democratas que exigem o respeito à lei e não aceitam (como não aceitaram as condições em que o julgamento se deu) decisões judiciais de fundo político e eleitoral, tomadas para terem consequências na eleição de 2014. Não aceitam o julgamento político que marcou todo o processo da Ação Penal nº 470 e exigem o cumprimento da lei e da Constituição pela mais alta Corte de Justiça do País.

Na realidade, o que observamos hoje é exatamente o confronto entre dois polos que estão em situações opostas há muito tempo, principalmente o fim da ditadura em 85. De um lado, temos os progressistas, aqueles que querem a transformação, aqueles que lutam em defesa da sociedade; do outro lado, temos os reacionários, conservadores, aqueles que quase destruíram o nosso País. De um lado, temos o Collor representado pelo PT, pelo PCdoB e pelos partidos progressistas; do outro lado, temos o PSDB, o DEM e os governos desastrosos dos dois Fernandos: o Fernando Collor e o Fernando Henrique, que quase destruiu o Brasil. É nisso que se reflete também a decisão do Supremo Tribunal Federal.

De um lado, temos lá essa disputa, essa luta de classe entranhada no Supremo Tribunal Federal, em que aqueles reacionários buscam exatamente atingir a democracia, buscam atingir aqueles que sempre lutaram pela transformação da nossa sociedade.

Portanto, queremos deixar claro que esse embate ocorrerá em 2014, quando estarão em disputa os dois blocos. Um reacionário, que quase destruiu o Brasil e; outro, progressista que vem melhorando a vida da nossa população. Não tenho dúvida de que o polo progressista sairá vitorioso, tanto no Brasil quanto na Bahia e os reacionários amargarão mais uma derrota junto à opinião pública. Estamos muito tranquilos. Estamos avançando na luta para que possamos construir uma sociedade cada vez mais justa, cada vez mais humana, onde todos possam viver com dignidade.

Quero fazer essas observações, se for o caso retornarei mais à frente para aprofundar esse debate e essa discussão. Gostaria também de registrar que aqui amanhã teremos a comemoração do Dia da Consciência Negra. Quero dizer que temos proposições de vários deputados tramitando na Assembleia Legislativa. No meu caso específico, tenho aqui 4 proposições que dizem respeito ao tema. Na

realidade, duas proposições tratam de reserva de vagas a afrodescendentes em concursos públicos. E o outro projeto cria a delegacia itinerante anti-racismo. Há um que institui a data como feriado civil na Bahia, ou seja, o 20 de novembro como feriado civil no Estado da Bahia.

Acho que devemos juntar esses projetos de diversos parlamentares para que amanhã, no Dia da Consciência Negra, possamos efetivamente aprovar essas proposições.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTE (Maria del Carmen):- V.Ex^a, deputado Álvaro Gomes, será atendido. Pedimos que seja registrado nos anais desta Casa o documento lido por V.Ex^a.

Com a palavra o nobre deputado Elmar Nascimento pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas, Srs. da Imprensa, acabei de dar um telefonema, hoje, ao meu amigo, presidente do PMDB, deputado federal Lúcio Vieira Lima, parabenizando-o pelo seu aniversário. Ele sempre com aquele espírito brincalhão que é sua característica marcante.

Começamos a entrar em assuntos sérios e ele me perguntou se eu vou ao mercado fazer compras, e eu disse que vou. No mercado vemos aquelas promoções: pague dois e leve três. Aqui no Estado da Bahia é diferente. O Estado paga três e leva dois. É a mais recente denúncia de desvio de recurso. Comprou pelo preço de três dois ferryboats, com tantas necessidades que tem a população baiana.

Passada a parte da brincadeira, a Bancada da Oposição hoje decidiu lançar um repto ao governo: trazer aqui o diretor executivo da Agerba para explicar essa transação nebulosa. Porque não nos convence a nota técnica emitida pela Secretaria de Infraestrutura dizendo que a diferença de 12 para 18 milhões, mais de 1/3 do valor, deputado João Carlos Bacelar, significa treinamento de tripulação - que já é treinada porque navega aqui operando outros ferryboats. E para trazer da Grécia pra cá custou 6 milhões de reais a mais por ferryboat, ou seja, são 12 milhões só pra virem de lá esses equipamentos. Então um custa 12 milhões.

Portanto, essa história está muito mal explicada. Enviaremos uma representação ao Ministério Público para que o denunciante seja ouvido. E um requerimento à Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle para ouvi-lo aqui também. Se for o caso, entraremos com outro requerimento, se essas informações nos forem negadas pelo diretor executivo da Agerba ou se não houver o comparecimento espontâneo da Comissão de Licitação ou de quem de direito, para que se instaure uma Comissão Parlamentar de Inquérito, confiando nas assinaturas do Líder do governo e da sua Bancada, porque até hoje apoiamos todas as solicitações de CPIs protocoladas nesta Casa.

O deputado Targino Machado está me lembrando que são milhões de euros. Multipliquem por 3.5 esses valores.

O Líder do governo me propôs a criação de uma CPI para apurar irregularidades no serviço de telefonia móvel. Nós a assinamos porque entendemos que a relação entre as telefônicas e o consumidor é uma relação de consumo. Portanto, a competência é concorrente entre os Legislativos federal, estadual e municipal para deliberar e investigar relações de consumo.

Contribuímos, e eu fui signatário do requerimento com o Líder do governo. Neste instante, convido-o para que investiguemos juntos. Aliás, o governador Jaques Wagner já deu exemplo, no passado, quando outras denúncias atingiram a Agerba e a Polícia Militar do Estado da Bahia.

Não é possível que comprem 2 ferryboats pelo preço de 3. O deputado Targino Machado lembra-me bem que são 12 milhões de euros a mais, isto é, 40 milhões de reais a mais. Logo, o Estado gastou a mais 40 milhões de reais na compra desses equipamentos.

É uma denúncia muito grave. Não admito que um representante constituído por 3 armadores gregos, 3 empresas diferentes, tenha a irresponsabilidade de trazer à imprensa uma denúncia tão grave... O próprio secretário de Infraestrutura admitiu que recebeu esse representante das empresas no seu gabinete. E não é só pelo fato de atrasar um pouco a licitação, mas também porque exatamente a empresa que apresenta o maior preço é aquela que participa dessa licitação.

Mais um negócio nebuloso envolvendo o governo do Estado e desvio de recurso público.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Maria del Carmen):- Concedo a palavra ao deputado deputado João Carlos Bacelar pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Sr^a Presidente Maria del Carmen, Sr^{as} e Srs. Deputados, o Sr. Governador do Estado visitou ontem a Ceasa do Rio Vermelho, mais conhecida com Ceasinha.

Uma obra que se arrasta há mais de 2 anos, como todas as obras do governo estadual, e foi orçada inicialmente em 22 milhões de reais, mas já está em 30 milhões, uma obra que era para ser feita no prazo de 12 meses e já está chegando aos 24 meses. Uma grande melhoria na Ceasa do Rio Vermelho, não podemos negar! O número de boxes aumentou de 100 para 135, aumentou o número de vagas de estacionamento, padaria e praça de alimentação. Será um grande centro na cidade.

Mas, deputada-presidente, o que a então Oposição nesta Casa reclamava, quando do Pelourinho, estão fazendo na Ceasa. São 35 boxes novos, e é preciso ser amigo do rei para tê-los, sem concorrência e sem inscrição. A Secretaria da Indústria e Comércio e a Ebal têm a obrigação de informar à população quais são os critérios na concessão dos boxes da Ceasa. Os nomes que já se falam e comentam por esta cidade são coroados e muito próximos dos poderosos de plantão. Aquilo é um equipamento público, e o Ministério Público tem o dever de questionar a Ebal sobre o critério de concessão dos boxes da Ceasa do Rio Vermelho.

Outro ponto que merece questionamento: os antigos comerciantes deverão

pagar R\$ 1.100 por metro quadrado dos boxes. Considerando que esses boxes terão como padrão 50 m², cada permissionário antigo pagará R\$ 55 mil pela concessão do box, e o permissionário novo pagará R\$ 110 mil. Como um verdureiro da Ceasa terá condições de pagar R\$ 1.100,00 por metro quadrado? Ou o governo está querendo expulsar os antigos permissionários, ao cobrar uma taxa desse valor?

Outra grande indagação que fazemos em relação à Ceasa: não se permite que os shoppings cobrem estacionamentos. Nos shoppings – investimentos particulares –, nos shoppings – uma atividade de risco –, não é permitido que se cobre estacionamento. Na Ceasinha do Rio Vermelho, o governo do Estado vai cobrar estacionamento. Vai colocar uma empresa privada para cobrar o estacionamento. R\$ 1.100 por metro quadrado e ainda uma taxa de R\$ 5 por hora. Hoje já são R\$ 5. A Ebal cobra hoje R\$ 5, no Rio Vermelho, mesmo naquela situação, imagine depois de inaugurada a Ceasinha do Rio Vermelho!

Querem, sim, expulsar! Expulsar de uma maneira educada, expulsar de uma maneira encoberta os antigos permissionários para que lá seja colocada, infelizmente, a companheirada. Quem vai, então, ter acesso a esses boxes ou é a companheirada ou os amigos e as amigas dos poderosos desta terra.

Fica aqui o desafio para que a Ebal informe a esta Casa e à sociedade o critério para a distribuição dos boxes da Ceasa do Rio Vermelho.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Maria del Carmen):- Concedo a palavra a deputado deputado Maria Luiza Laudano.

A Sr^a MARIA LUIZA LAUDANO:- Sr^a Presidente desta sessão, deputada Maria del Carmen, Imprensa que nos honra, Galerias, minhas queridas taquígrafas, ouvintes da TV Assembleia, queridos deputados, venho hoje à tribuna para solicitar aos colegas para que possamos fazer uma homenagem mais precisa para o dia de amanhã, Dia da Consciência Negra, dia 20.

Temos nesta Casa um projeto 14.201, do deputado Álvaro Gomes, datado de 2004, imaginem, 9 anos. Há também um projeto meu semelhante, 16.891, de 2007; tem outro semelhante, 18.354/2009, pedindo inclusive que seja o dia 20 de novembro, data de aniversário de morte de Zumbi dos Palmares, Dia Nacional da Consciência Negra, feriado estadual. Será bem merecido, vez que esses três projetos já passaram por todas as comissões.

Na Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública foram aprovados. Estava na Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, onde foi indicado o deputado Gaban como relator. Falei com o deputado Gaban quando ele estava chegando de viagem, agradeço pela sua atenção. Ele já providenciou relatar os três projetos, que estão apensados, para que possamos, amanhã, dar de presente, queridos deputados, deputada Maria del Carmen.

Outros Estados, como Minas Gerais, Rio de Janeiro, já têm o feriado no dia de comemoração da consciência negra, e nós, baianos, que temos a maioria expressiva de negros, ainda estamos caminhando, sem realmente comemorar uma data tão significativa. Temos os nossos antepassados, os nossos negros que foram grandes

heróis em nosso Brasil, inclusive no Estado da Bahia, para que possamos consagrar, dar esse presente a eles na sessão especial.

Deputado Álvaro Gomes, pedimos a colaboração dos nossos colegas para que possamos aprovar e encaminhar a lei para sanção do governador Jaques Wagner, e possamos também participar desse dia comemorativo tão importante para a nossa Bahia, para o nosso Estado, para os nossos irmãos negros.

Costumo dizer que tanto faz consciência negra ou branca, somos iguais. Não podemos diversificar a cor pois somos iguais e todos nós vamos para um só lugar. Somos irmãos e temos de considerar, mas temos de dar esse valor, essa integração, a comemoração desse dia para aqueles que ajudaram, deputado Targino Machado. Na nossa Bahia, a maior parte é negra, então, porque não presenteá-la?

Então, aqui, encerrando as minhas palavras, quero pedir aos colegas, deputados e deputadas, para que possamos nos unir nesta tarde – acredito que a sessão vá até a noite – e aprovar esse projeto.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Com a palavra a deputada Maria del Carmen pelo tempo de até 5 minutos.

A Sr^a MARIA DEL CARMEN:- Sr. Presidente Álvaro Gomes, Srs. Deputados, deputada Maria Luiza Laudano, Sr^s Taquígrafas, imprensa, aqueles que nos ouvem e nos assistem pela TV Assembleia, venho a esta tribuna para comunicar a esta Casa a nossa ausência a partir de amanhã, pois, iremos participar, na condição de representante deste Poder Legislativo, da 5^a Conferência Nacional das Cidades, que ocorrerá entre os dias 20 e 24 de novembro.

Essa Conferência contará com a participação de delegações de todos os estados brasileiros, fazendo a discussão e o debate sobre as nossas cidades num tema que é por demais importante: “Quem muda a cidade somos nós: reforma urbana já.” Reforma urbana no sentido da transformação das nossas cidades e na perspectiva – esse é o principal tema que será debatido nessa Conferência Nacional – da criação do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano no Brasil.

A perspectiva é criar um sistema semelhante ao que já existe na área da ação social com o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e ao que já existe na área da Saúde com o Sistema Único de Saúde (SUS). O que queremos agora é que se crie, no que tange à reforma urbana e ao desenvolvimento urbano, um sistema para abranger todos os temas ligados à área de urbanismo, à área de urbanização e desenvolvimento.

O SNDU, como está sendo proposto esse novo sistema, seria desdobrado, no âmbito nacional, num conselho nacional de desenvolvimento urbano e num conselho nacional das cidades. Esse sistema seria deliberativo para que dali pudessem emanar diversas propostas e projetos que se estenderiam pelos diversos estados e municípios, que também implantariam os seus conselhos.

Dentro dessa perspectiva de transformação das nossas cidades... Estas foram

objeto de uma pesquisa recente que mostra o grau do desenvolvimento nos diversos municípios, as ocupações espontâneas e as favelas do nosso País e das principais cidades brasileiras, inclusive do Estado da Bahia, e Salvador em especial.

Semana passada houve uma grande caminhada dos movimentos sociais que trabalham a questão do desenvolvimento urbano em Salvador, exigindo da Prefeitura Municipal a criação e a efetivação do funcionamento do Conselho das Cidades, que teve seus membros aprovados na Conferência Municipal das Cidades realizada no primeiro semestre deste ano. Finalmente, o prefeito ACM Neto deu notícias, ontem, à imprensa de que, após a pressão realizada pelos movimentos sociais no sentido de que esse Conselho fosse finalmente implantado em Salvador, dará posse aos diversos conselheiros.

Portanto iremos à Conferência Nacional com os delegados escolhidos durante a Conferência Municipal e, posteriormente, na Conferência Estadual, com a perspectiva já assegurada da posse dos diversos conselheiros de Salvador.

Durante estes dias estaremos debatendo questões sobre saneamento ambiental, de habitação e também as questões territoriais das principais cidades brasileiras. Temos a perspectiva de que esse sistema proposto nacionalmente se transforme, efetivamente, numa realidade.

Muito obrigada, Sr. Presidente, pela tolerância.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Grande Expediente.

Concedo a palavra ao deputado Gaban pelo tempo de 25 minutos.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, estão na pauta da Ordem do Dia alguns projetos para apreciação. Em um deles, o governo insiste – não entendo as razões – em criar o Fundo para Preservação dos Monumentos Artísticos e Culturais do Estado da Bahia. Com relação à criação desse fundo, a Oposição não tem nenhuma objeção, até porque o governo está quebrado e não tem condições de investir absolutamente nada. Basta ver a execução do governo, até outubro, em relação ao que está previsto no Orçamento para este ano, tendo investido apenas e tão-somente 4,7% do que está previsto.

Então, somos favoráveis à criação desse fundo, mas contra – até agora o governo não deu nenhuma justificativa nem mostrou boa vontade para mudar esse projeto – a vinculação desse fundo à Conder. Esse órgão não tem técnicos competentes para executar essa tarefa, ou seja, não tem restauradores e museólogos, enfim, não tem capacidade técnica para isso.

O certo seria ficar no Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural do Estado da Bahia, o IPAC. Como o governo quer criar um fundo e destiná-lo para ser gerido por uma empresa que não tem os técnicos competentes? Se o governo resolver fazer essa mudança para que esse fundo fique sob a coordenação e a responsabilidade do órgão que foi criado para essa finalidade, o IPAC, votaremos favoravelmente. Do contrário, vamos obstruí-lo.

O segundo projeto, extremamente polêmico – teve a conivência do Tribunal de

Contas do Estado –, diz respeito às contas de 2010. A Lei de Responsabilidade Fiscal é muito clara: nenhum governante, em nível municipal, estadual e federal, no fim de sua gestão, poderá deixar débitos sem ter recursos em caixa. Essa lei, meu caro Carlos Geilson, não é clara com relação às contas anuais. Ela é omissa nesse aspecto, mas muito clara no que diz respeito ao final de uma gestão. O governo da Bahia deixou, no ano de 2010, um déficit de R\$ 237 milhões.

Gostaria de citar alguns dados para os deputados que, por várias razões, não se interessam por essa parte de contabilidade.

(Lê) “ A conta contábil 'Restos a Pagar' (art. 92, I, c/c § 3o do art. 105, ambos da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/1964) destina-se ao registro de valores cuja despesa não pode ser realizada ou paga até o término do exercício. O art. 36 da citada Lei Federal dispõe que 'consideram-se restos a pagar as despesas empenhadas e não pagas até 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas'.

Dessa forma, infere-se que Os Restos a Pagar compreendem dívidas de curto prazo que, como tais, precisam de cobertura de caixa. Portanto, no final de cada exercício, as despesas inscritas em Restos a Pagar deverão estar cobertas pelas disponibilidades constantes nas contas Caixa, Bancos, Aplicações Financeiras e Outras Disponibilidades.

Essa determinação não está literalmente expressa no texto: da LRF, exceto para o último ano de mandato.”

É o caso das contas de 2010, pois o governo Wagner entrou em 2007, 2008 e 2009. E 2010 é o último ano do seu primeiro mandato.

(Lê) “*Os Demonstrativos dos Restos a Pagar do Poder Executivo e Consolidado, relativos ao período de janeiro a dezembro de 2010, publicados no Relatório de Gestão Fiscal do terceiro quadrimestre de 2010 e apresentados no Balanço Geral do Estado, evidenciam os valores inscritos de exercícios anteriores e do exercício de referência para os restos a pagar processados e não processados. Os montantes inscritos em restos a pagar processados e não processados do exercício de 2010 foram, respectivamente, de R\$ 502.014.670,46 e R\$ 255.706.155,37.*

O art. 42 da LRF, ao tratar dos restos a pagar, dispõe em seu art. 20 que 'É vedado ao titular de Poder ou Órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.'”

Por que foi criado isso? A Lei de Responsabilidade Fiscal é inteligente: para evitar que uma má gestão deixe débitos de exercícios anteriores ou Restos a Pagar em um montante tão alto que venha a inviabilizar o governo que virá sucedê-lo. Por isso, a LRF proíbe que fiquem Restos a Pagar ou débitos de exercícios anteriores sem que haja disponibilidade de caixa. Foi o que o governo do Estado da Bahia fez em 2010.

(Lê) “Os Demonstrativos da Disponibilidade de Caixa do Poder Executivo e Consolidado não apresentaram o detalhamento por vinculação de recursos previsto no inciso I do artigo 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal, ...”

Aliás, até hoje. Disseram que com o Fiplan nós e o Tribunal de Contas do Estado teríamos toda a informação necessária, mas vejam que neste ano os próprios técnicos do TCE só a partir do dia 10 de outubro começaram a ter o treinamento para assimilar o Fiplan, que não apresenta ainda os relatórios consolidados.

Quando estive aqui fazendo a apresentação do primeiro quadrimestre deste ano, o então secretário Petitinga, nós da Oposição lhe fizemos questionamentos, pois os dados que ele estava apresentando nas transparências naquela audiência pública não eram consistentes. E nem precisava ter especialidade nessa área para notar. Qualquer engenheiro ou qualquer pessoa que mexe com administração ou contabilidade pública, por mais leigo que seja, conseguia perceber aquilo. Quando questionado, o secretário Petitinga, com a sinceridade que a qualquer técnico é peculiar, disse: “Efetivamente os números que estou apresentando não são consistentes, não retratam a realidade da contabilidade do Estado. Estamos trabalhando para resolvê-la.”

Eu, até, cheguei a propor, por acordo de Lideranças, a prorrogação da data da apresentação das contas estaduais. Vejam, a lei obriga a apresentação. Como o próprio secretário confirmou que o apresentado não tinha consistência, foi-lhe sugerida a apresentação após o recesso, já que estávamos em junho, pois julho era recesso. Foi sugerido a apresentação para o mês de agosto, a fim de dar tempo de apresentar uma contabilidade do estado confiável. Não quiseram. Ele apresentou errado. O governo tem a maioria e aprovou.

Se isso não foi suficiente, há a apresentação do relatório do segundo quadrimestre deste ano já com o novo secretário da Fazenda. Os números, apresentados pelo secretário, foram de um saldo em caixa da ordem de R\$ 6 bilhões.

Pergunta óbvia: “Secretário, esses números retratam a verdade?”

Vejam, se tais números retratavam a verdade, por que, pela primeira vez na história da Bahia e talvez do Brasil, as empresas, prestadoras de serviços na área de construção civil, colocaram uma nota paga em todos os jornais, dizendo, deputado Targino, que estavam, há um ano, sem receber do estado? Um ano, deputado João Bacelar!

O secretário respondeu o óbvio, ou seja, os números não retratavam a verdade, não retratam a realidade dos fatos! Em outras palavras, nos oito primeiros meses deste ano, a contabilidade do estado está, totalmente, errada.

O nosso advogado nos orientou a respeito. Provavelmente, amanhã, devemos entrar em contato junto ao Tribunal de Contas do Estado, Ministério Público do estado e Ministério Público Federal – já que há recursos do governo federal embutidos nesta contabilidade falha – para ver qual o posicionamento eles irão tomar.

Como os dois secretários de governo deste estado admitem que a contabilidade está toda errada e esta mesma contabilidade é sancionada pelo governador e publicada no Diário Oficial como aprovadas as tais contas que os próprios secretários dizem ser irregulares?

Este é um argumento para vermos como o Tribunal de Contas se posicionará. Vamos, também, questionar como fica o TCE, até o dia 10 de outubro de 2013, sem

ter seus técnicos treinados para fazer a análise do que é feito, diuturnamente, pelo governo. Como ficam os empenhos lançados diariamente? Como o Tribunal de Contas do Estado poderá julgar as contas estaduais deste ano se não tem contabilidade confiável?

Aí, é crime de responsabilidade!

Como o governador do estado da Bahia publica, no Diário Oficial, a aprovação da contabilidade do primeiro quadrimestre deste ano e, depois, a contabilidade do segundo quadrimestre deste ano?

Isso é uma demonstração de má gestão, de mau assessoramento e de cumplicidade – se é que podemos dizer até o momento – do Tribunal de Contas do Estado. Da mesma forma, aprovou-se, aqui, as contas de 2010, eivadas de erros primários previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal!

O Tribunal de Contas do Estado, através dos seus técnicos e conselheiros... Quero tirar a responsabilidade dos técnicos, pois eles têm pontuado, sim, as irregularidades. Mas os conselheiros do Tribunal de Contas do Estado não podem ignorar tais fatos ou fazer de conta que as contas de 2010 são anuais ou que a Lei de Responsabilidade Fiscal é omissa.

É isso que iremos julgar hoje, deputado Capitão Tadeu, ou seja, a irregularidade.

Quero ver deputados de qualquer partido desta Casa justificar, para os seus prefeitos que lhes dão os votos, o porquê de as contas desses mesmos prefeitos foram rejeitadas pelo Tribunal de Contas dos Municípios enquanto as contas do governo do estado são aprovadas por este mesmo motivo e com a concordância dos deputados do governo!

Nós, da Oposição, temos a obrigação de fazer o correto. E a responsabilidade impõe a todos indistintamente, qual seja, a responsabilidade de agir de acordo com a lei. Este é o compromisso que temos, juramos, quando assumimos o nosso mandato, de cumprir o que determina as leis do nosso Estado. Aprovar uma conta irregular como essa é estar fugindo do nosso juramento, de cumprir o que determina a Constituição do Estado da Bahia.

Nesse sentido, continuando, o atendimento a essa exigência do detalhamento por vinculação de recursos, repito: até hoje não é cumprida pelo governo do Estado da Bahia. Aliás, não tem cumprido praticamente nada. Se formos buscar a Lei de Transparência em vigor no País, se procurarmos o Transparência Bahia, informações também totalmente desatualizadas, defasadas. Aliás, não podia ser diferente, porque, se o próprio Fiplan, que é a contabilidade oficial do Estado, também não funciona, não poderíamos imaginar que a Lei de Transparência, que seria obrigação de qualquer gestor hoje, fosse cumprida pelo governo do Estado da Bahia. Mas o duro é a cumplicidade. O Ministério Público aí também está sendo complacente, conivente. O Tribunal de Contas do Estado – eu até estava esquecendo, porque eu sempre estava dizendo, há alguns meses, não é o Tribunal de Contas do Estado, é o Tribunal “Carinhoso” do Estado da Bahia, porque ele é muito generoso com o Estado da Bahia.

Eu gostaria de lembrar que o atendimento a essas exigências do detalhamento da vinculação de recursos é uma exigência que consta do Manual de Demonstrativos Fiscais da STN – Secretaria do Tesouro Nacional, através da portaria STN 462, de 2009. Em nota aos demonstrativos, foi informado que o sistema de informações contábeis e financeiras – Sicof – não permite esse detalhamento. A justificativa não é verdadeira, pois em 2011 e em 2012, por determinação da STN, o Estado ainda utilizava o mesmo sistema Sicof e publicou o Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa por vinculação de recurso.

Mas vejam: em 2010, não podia fornecer porque a conta estava totalmente irregular. Disse que o Sistema Sicof não permitia. Mas nós dissemos à época que era uma inverdade, não correspondia à realidade. Tanto tínhamos razão que em 2011 e 2012 já forneceu pelo mesmo sistema existente anteriormente, que era o Sicof.

De acordo com relatórios de Execução da Despesa Orçamentária, o Estado, em 2010, encerrou o exercício sem disponibilidade de caixa da Fonte de Recursos não Vinculados do Tesouro Estadual para atender as despesas de restos a pagar e DEA, que são os débitos de exercícios anteriores, do exercício.

No quadro abaixo, tenho aqui os dados: a receita arrecadada no exercício de 2010 foi de 9 bilhões e 453 milhões, aproximadamente; despesas pagas no exercício foi da ordem de 9 bilhões e 337 milhões e teria um saldo disponível no ano de 115 milhões, mas tinha obrigações financeiras – RP e DEA – de 352 milhões; restos a pagar processados e liquidados – 185 milhões; despesas de exercícios anteriores – 167 milhões e uma disponibilidade líquida de menos de 237 milhões e 300 mil. Ou seja, déficit. Não tinha dinheiro em caixa, e o Tribunal aprova!

Eu gostaria, antes de entrar no mérito, de falar de outro fato que já virou rotina também, mas que em 2010 aconteceu: a utilização de royalties para cobrir a fonte 00, ou seja, custeio altíssimo, desde 2008, que fez com que o Estado encerrasse a sua contabilidade em 2012 com déficit de 3 bilhões e 700 milhões. Houve ainda alguns erros: na Secretaria da Educação, no exercício de 2010, a diretoria empenhou o montante de R\$ 114 milhões e pagou 113 milhões no elemento de despesa Outros Serviços de Terceiros. Da análise dos fatos apontados, constatou-se que as contratações foram realizadas sem o devido concurso público; não há o que se falar em Regime Especial de Direito Administrativo (REDA), já que não ocorreu processo seletivo; não se trata de terceirização de mão de obra, diante da inexistência da figura prestadora de serviço, já que a contratação foi efetuada diretamente com os prestadores de serviços. Tampouco se trata de serviço eventual, tendo em vista a natureza do serviço prestado.

Não há previsão legal para esse tipo de execução pela administração direta, pagamentos realizados a prestadores sem a qualificação adequada ao exercício da profissão de professor. Inclusive a Oposição entrou com uma ação no Tribunal de Justiça. Ganhamos a causa e o Estado foi obrigado a contratar os professores, dispensando esses que não tinham os pré-requisitos legais e necessários para o exercício da função.

Falta de padronização dos documentos constantes nos prontuários e falta de

retenção do Imposto de Renda no pagamento a prestadores de serviços. O governo teve até erros básicos, contábeis na contabilidade de 2010. Pagamentos indevidos a prestadores de serviços, o que virou rotina no governo do Estado: paga àqueles apadrinhados sem ter o cuidado de ver se os serviços foram prestados. Deficiência na comprovação da frequência dos prestadores de serviços temporários, e assim por diante.

Então, o que não falta nas contas de 2010, meu caro deputado Carlos Brasileiro, são irregularidades! Aí se tem de voltar ao assunto da convivência do Tribunal de Contas do Estado, porque se esse Tribunal tivesse cumprido o seu dever, a sua obrigação, desde 2008, não pedisse reprovação, pois talvez não fosse o motivo, nas contas 2007, 2008 e 2009, sobretudo 2008 e 2009, mas pelo menos alertasse o governador para dizer que ele estava descumprindo a Lei de Responsabilidade Fiscal, que ele poderia ser punido. Se fosse imputada pelo menos uma multa em 2010, para evitar que o governo continuasse gastando mais do que a arrecada, ano a ano!

E o Tribunal de Contas, todos os anos... Se pegarmos o relatório dos conselheiros do Tribunal de Contas, parece que é um padrão. Eles não têm nem o trabalho de modificar: “Errou, a gente espera que corrija”, apontando o uso de recursos que seriam para a saúde, a educação, para serem aplicados na construção de estradas, de sistemas de abastecimento de água, levar energia elétrica para aqueles que precisam, enfim, levar benefícios para a população mais carente, levar a segurança, para evitar que Salvador fosse citada pelo jornal New York Times, aproximadamente há 1 mês, como sendo a capital brasileira da violência, no ano anterior à Copa do Mundo, o que deveria fazer com que o governo investisse na Secretaria de Turismo.

Na audiência que o secretário Domingos Leonelli teve aqui, até tratei disso com ele. Parece-me que nem ele sabia dessa informação que o governo, em plena época da Copa do Mundo, vendo aí as manchetes nos Estados Unidos contra o Estado da Bahia, reduz os recursos da Secretaria de Turismo no ano da Copa em 35%. O que é um contrassenso! Mas isso aí é o governo estadual.

Então, nesse sentido é que nós vamos, naturalmente, votar contra, pelo menos para alertar, mais uma vez, o Tribunal de Contas do Estado de que ele não pode ser omissos, não pode ignorar a Lei de Responsabilidade Fiscal. Da mesma forma, eles estão agindo em desacordo com o que juraram também lá – respeitar as leis em vigor no Estado. Não se pode confundir indicação para o Tribunal de Contas do Estado ou para qualquer tribunal do País com cargo de confiança.

Parece-me que está havendo isso no nosso País em todos os níveis: Tribunais de Contas, Tribunais de Justiça, STJ. Nós vimos até esse presidente da República dizer: “Puxa, eu nomeei esse ministro e ele está votando contra o pessoal do PT” – aqueles que roubaram o dinheiro público, que é o caso do mensalão. E vemos uma decisão esdrúxula, ao meu ver: aquele que ajudou a financiar, através de uma empresa, pega 42 anos de prisão em regime fechado, e aqueles que comandaram o esquema de corrupção exercendo cargos públicos de ministro e líderes de partido pegam penas de 7, 8 anos. Só existe corruptor se houver o corrupto e vice-versa. As

penalidades deveriam ter sido as mesmas, seriam 42 anos de prisão para todos. Mas não!

As leis do País são difíceis de serem cumpridas. Quantas pessoas estão em cadeias sem julgamento? Muitos - e não vou nem justificar o motivo - que roubaram um pão, um quilo de feijão no supermercado, mas não têm dinheiro para pagar um advogado, estão lá presos. Não sabemos nem quando vão ser julgados. Porém no Mensalão, em que desviaram milhares e milhares de recursos, uns pegam 42 anos. São os empresários que deram o dinheiro e cumpriram as ordens dadas por um ministro do governo Lula. E esse, o ministro, pega seis, sete anos em regime semiaberto.

É lógico que, depois que a imprensa não estiver mais cobrindo, vão ter televisão, ar-condicionado, geladeira, visita feminina, todas as mordomias a que o PT, infelizmente, está acostumado nestes 10 anos de má gestão das coisas públicas.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Registro a presença dos estudantes do Colégio Estadual Bolivar Santana, aqui do Centro Administrativo da Bahia. Sejam bem-vindos.

Concedo a palavra ao nobre Líder do governo e da Maioria ou do Bloco Parlamentar PSL/PP para falar ou indicar orador, pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Sr. Presidente, falará a deputada Luiza Maia.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Com a palavra a deputada Luiza Maia.

Solicito ao deputado Bira Corôa para me substituir na presidência.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Deputados, Srs. da Imprensa, quero fazer um registro de aplausos ao vereador Valdir Cruz, de Candeias, que me convidou para participar de uma importante sessão especial em comemoração ao Novembro Negro, em homenagem ao Dia da Consciência Negra. E também falamos dos 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher.

Foi uma sessão importante, bastante participativa, bastante competitiva. Esteve presente também o professor Samuel Vida, da UFBA, que faz esse debate sobre a questão do racismo e do Movimento Negro com muita propriedade.

Quero agora, presidente, voltar a este tema que está aí na moda, em todos os jornais e todos os blogs: o Mensalão.

Também com muita propriedade, já que não vai dar para fazer a leitura de todos estes textos, quero pedir que sejam registrados nos Anais da Casa. Primeiro, um artigo do Ricardo Melo, jornalista da Folha, que fala sobre o “Supremo Tapetão Federal” mostrando as irregularidades, as arbitrariedades e a falta de imparcialidade do STF nessa questão das prisões, principalmente dos companheiros que foram ou são dirigentes do Partido dos Trabalhadores.

Agora um segundo artigo, este de Tarciso Moraes - o que der tempo aqui vou continuar lendo - sobre “Imprensa Golpista x Mensalão x Prisões”.

A OAB igualmente faz uma fala para a imprensa mostrando que a prisão de Genoino em regime fechado - ou dos outros dois - também configura uma

ilegalidade. E a nota do Partido dos Trabalhadores também coloca uma opinião sobre a questão desse debate hoje, que precisa ser feito com tranquilidade, com clareza e também com muita seriedade. Como eu disse aqui desta tribuna, a Justiça não pode ser parcial.

E o artigo de Tarciso Moraes começa dizendo: (Lê) “Decerto, muita gente no Brasil adentro está satisfeita com a decisão do STF em mandar prender os acusados do chamado 'MENSALÃO'. Outros, por certo também, estão indignados com a decisão pelo menos quanto às prisões de alguns dos 'acusados'. Outros tantos (e não são poucos) ignoram o assunto. Com absoluta certeza, para os indignados, há uma compreensão de todo o processo e conhecimento da história política do nosso País.

Para o grupo dos satisfeitos, parte dele, há também um conhecimento da história política do Brasil, mas o sentimento carrasco da Ditadura permanece intacto. Para a outra parte e a esta não posso culpá-la, o sentimento da satisfação origina-se tão simplesmente pela notícia, dia a dia, meses a meses, anos a anos, contra alguns daqueles 'acusados' e seu Partido Político, o PT, numa perseguição incansável, martelando os juízos das pessoas sem parar, sem descansar, como dizemos nós Nordestinos, sem pena e sem dó.

Abro então, mais claramente esses fatos, sem nenhum temor dos comentários, de perseguição ou coisa que o valha, pois assim aprendi a viver: SEM MEDO DA VERDADE. Há poucos dias a Rede Globo fez um 'MEA CULPA' quando admitiu sua participação no Golpe Militar, em 1964, onde a perseguição dos militares até 1985 causou a morte, prisão e torturas terríveis a diversas pessoas, opositoras ao regime e dentre estas, José Dirceu e José Genoíno.

Em entrevista ao Jornal *Folha de São Paulo*, no ano das eleições, em 27 de julho de 1989, quando Collor foi eleito Presidente, Roberto Marinho, o dono da Globo, disse o seguinte em relação àquele então candidato: 'Eu vou influir o máximo a favor dele. Procurarei ser um homem consultivo, a favor da construção de um Brasil melhor', (FOLHA DE SP, 1989, p.13). A pergunta é: Foi melhor com Collor? Aliás, houve suicídios por conta do CALLOTE, que tomou a poupança de todos os brasileiros. Haverá 'MEA CULPA' pelo apoio?

Alguém lembra como a *Globo* se portou naquele ano? Eu nunca esqueci. Às vésperas da eleição, já no segundo turno que aconteceu em 17 de dezembro de 1989, houve o último debate e logo após o IBOPE já divulgava uma pesquisa dando vantagens a Collor e, ainda, dia seguinte o Jornal Nacional divulgava tudo com o maior prazer, sem nenhuma censura de absolutamente ninguém, nada, jogava solto. Coincidência com as palavras de Roberto Marinho?

Um ano antes, em 1988 a VEJA já publicava uma matéria sobre Collor o enaltecendo como o 'CAÇADOR DE MARAJÁS'. Aliás, se fizermos um levantamento das edições de VEJA semanalmente, é possível encontrar de 20 anos para cá, em 90% delas, artigos falando mal do PT, de Lula e agora de Dilma. A perseguição é desenfreada.”

Não vai dá para eu fazer a leitura total do texto, mas vou colocar em meu site e nas redes sociais, porque eu acho que é esse o debate que o Brasil precisa fazer. Nós

não podemos aceitar que uma Justiça viva sob a pressão da grande mídia, principalmente da Rede Globo, uma pressão das elites deste Brasil, que não se conformam com as transformações.... É bom mesmo que me olhe, porque você lembra da época do carlismo na Bahia quantos escândalos havia; todo o Brasil sabe da forma como Fernando Henrique comprou a sua reeleição e nada foi apurado nem investigado.

Não estou fazendo a defesa do crime e acho que quem errou deve ser punido. Agora, precisamos fazer o debate acerca da perseguição a esse projeto do Partido dos Trabalhadores, que é muito diferente do da Oposição, que está aí diminuída, esfacelada, mas, com o apoio da mídia e de uma parte da Justiça, quer fazer com que o PT seja destruído de uma forma ilegal, arbitrária e irregular como eles estão fazendo.

Faço questão também de ler um pedacinho do artigo de Ricardo Melo, quando ele chama o Supremo de “Supremo Tapetão Federal”. E não são pessoas do PT. Acho que essa discussão é importante, porque estamos vendo pessoas se indignando com a forma como a Justiça agiu neste caso chamado por eles e pela grande mídia de mensalão.

(Lê) “Derrotada nas eleições, a classe dominante brasileira usou o estratagema habitual: foi remexer nos compêndios do 'Direito' até encontrar casuísmos capazes de preencher as ideias que lhe faltam nos palanques. Como se diz no esporte, recorreu ao tapetão.

O casuísmo da moda, o domínio do fato, caiu como uma luva. A critério de juízes, por intermédio dele é possível provar tudo, ou provar nada. O recurso é também o abrigo dos covardes. No caso do mensalão, serviu para condenar José Dirceu, embora não houvesse uma única evidência material quanto à sua participação cabal em delitos. A base da acusação: como um chefe da Casa Civil desconhecia o que estava acontecendo?...” – É um questionamento.

A pergunta seguinte atesta a covardia do processo: por que então não incluir Lula no rol dos acusados? Qualquer pessoa letrada percebe ser impossível um presidente da República ignorar um esquema como teria sido o mensalão.

Mas mexer com Lula, pera aí! Vai que o presidente decide mobilizar o povo. Pior ainda quando todos sabem que um outro presidente, o tucano Fernando Henrique Cardoso, assistiu à compra de votos a céu aberto para garantir a reeleição e nada lhe aconteceu. Por mais não fosse, que se mantivessem as aparências. Estabeleceu-se então, que o domínio do fato vale para todos, à exceção, por exemplo, de chefes de governo e tucanos encrencados com licitações trapaceadas.”

O meu tempo está se esgotando, mas quero ainda falar um pouco da nota da OAB, registrando a ilegalidade do regime, da forma como foi preso, principalmente, o companheiro Genoino, que se encontra doente.

No decorrer da sessão, se eu achar mais um tempinho, continuarei a ler.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou ao do Bloco Parlamentar PSDB/PTN/PRP para falar ou indicar orador pelo tempo de até 11 minutos.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, por todo o tempo o deputado Bruno Reis.

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Com a palavra o deputado Bruno Reis pelo tempo de até 11 minutos.

O Sr. BRUNO REIS:- Sr. Presidente, nobres deputados e deputadas, todos da imprensa e das Galerias que nos assistem e nos ouvem através da TV Assembleia, quero, Sr. Presidente, utilizar o nosso pronunciamento nesta tarde, basicamente, para tratar de um tema, mas confesso-lhe que fiquei surpreso, até porque é o primeiro deputado ou deputada do PT com coragem de vir a esta tribuna para abordar o tema mensalão.

A nobre deputada Luiza Maia deveria ter cuidado para não manchar a sua biografia, até porque ela tem feito um bom trabalho nesta Casa, tem defendido bandeiras importantes e estimulado debates sobre assuntos polêmicos. Mas também já é demais vir a esta tribuna para dizer que os condenados do mensalão assim o foram por conta de crime político ou de perseguição das elites ou até mesmo por manobras feitas pela Oposição para que tais condenações ocorressem.

Pergunto a V.Ex^a: como podemos falar de regime de exceção? Como podemos falar de condenações injustas ou de perseguição ou seja lá do que for se, primeiro, estamos, há 11 anos, com o governo do PT?

Então, são 11 anos de PT no poder! Os ministros do Supremo Tribunal Federal foram escolhidos pelo PT e foram indicados pelo PT! Os atuais condenados tiveram direito ao contraditório e à ampla defesa. Há 8 anos foi denunciado o escândalo do mensalão, nobre deputado Gaban! Portanto, eles se utilizaram de todas as manobras jurídicas possíveis! Agora, quando são presos, vem-se falar de perseguição? Ouvi, até, dizerem que foi por questão política?

Ora, ora, trata-se do maior escândalo de corrupção da história do Brasil! É uma verdadeira quadrilha instalada no planalto federal! Portanto, são condenações mais do que merecidas! E espero que tais condenações sirvam, primeiro, de exemplo para o PT a fim de que essas práticas não continuem acontecendo. Espero que tais condenações sirvam de exemplo para diversas e diversas gerações.

Então, nobre deputada Luiza Maia, eu gostaria muito de que V.Ex^a pensasse sobre isso! Não manche a sua história e a sua trajetória política defendendo condenados que foram, devidamente, processados e julgados por um tribunal, em sua maioria, composto por indicações do PT!

O Sr. Gaban:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. BRUNO REIS:- Nobre deputado Gaban, quero conceder o aparte a V.Ex^a.

O Sr. Gaban:- O que me entristece, deputado Bruno Reis, é ver designarem a deputada Luiza Maia para defender o indefensável. O esposo dela já foi, inclusive, colega meu aqui na Assembleia. Bem, dizer que o PT está sendo perseguido, isso é um absurdo!

É aquela máxima! Quando perguntavam a Lula sobre a acusação contra qualquer de seus ministros, ele respondia desconhecer o fato. Lula não conhecia nada! Ele era o presidente da República que nunca conhecia nada! Ele deixava, por aí, os seus ministros ou o presidente do PT, Delúbio, então tesoureiro! Ele esquecia todo mundo. Lula dizia ser tal assunto com os imputados e não com ele próprio!

E, agora, cabe à coitada da nossa colega, deputada Luiza Maia, por quem tenho também muito apreço, defender os condenados. Isso é querer imputar a ela a defesa do indefensável! Um dos condenados diz: “Sou preso político!” O outro punha-se em pé! O outro fez sinal da vitória!

Que vitória?!

“É a vitória do Brasil!”, Genoíno falou. Isso é vitória do Brasil?! Isso é, sim, vitória da corrupção. Seria vitória do Brasil se ele tivesse sido condenado a 42 anos de prisão como aconteceu a Delúbio!

Corrupto e corruptor têm que ter a mesma pena, mas no País em que nós vivemos, o que possibilitou a manobra comandada pelo núcleo central do PT, um pega 42 anos e o outro pega 1/6 da pena. O PT está tendo essa perseguição. Pelo amor de Deus, se fosse um país sério estavam os 42 anos, todos os mensaleiros, todos do mensalão para servir de exemplo para as futuras gerações.

O Sr. BRUNO REIS:- Nobre deputado Gaban, incorporo o aparte de V.Ex^a ao nosso pronunciamento.

Mas, efetivamente, quero abordar o que me traz à tribuna desta Casa. Hoje, na matéria do jornal A Tarde, há um anúncio do Líder do Governo de que vai desvincular da cobrança da taxa de incêndio a utilização dos quilowatts de energia. Claro, natural e normal dentro do que era razoável e o que se esperava. Por quê? Porque não há nenhum nexos entre consumo de energia e potencial utilização de incêndio, inclusive flagrantemente inconstitucional, porque o consumo de energia será utilizado como base para cobrança de imposto, que é o ICMS, e não poderia ser utilizado como base de cálculo para a cobrança em taxa. Então, se não tem nenhuma coisa a ver com a outra também não pode ser cobrado com base no consumo de energia, porque fere a Constituição.

Agora eu quero saber, e aí faltou o nobre Líder, deputado Zé Neto, dizer o que é que vai ocorrer com quem já pagou. Já foram mais de 6 milhões de reais pagos de taxa de incêndio do ano de 2013, taxa esta ilegal, e o governo, agora, quer consertar com um novo projeto de lei. E quem já pagou, nobre deputado Luciano Simões? O governo vai fazer o quê? A nosso ver tem que suspender imediatamente o pagamento, porque ainda há diversos condomínios, diversos empreendimentos, sejam comerciais, sejam industriais que não efetuaram o pagamento. Então, a imediata suspensão, em seguida a restituição, a devolução de quem pagou para que seja corrigido o equívoco, encaminhado para esta Casa pelo governo, e aprovado aqui na calada da noite como mais um projeto às vésperas do final do ano, que a Oposição votou contra, que a Oposição chamou a atenção de que era inconstitucional e que era indevida a cobrança da taxa.

Portanto, Sr. Presidente, o que nós queremos é a suspensão e a devolução dos

valores que foram pagos indevidamente. Esta seria a forma mais prática de o governo consertar o erro cometido, senão não vai restar outro caminho que não a Justiça determinar essa restituição. Até porque já quatro entidades de classes conseguiram suspender a cobrança na Justiça, nós, dos Partidos de Oposição, vamos ingressar, ainda esta semana, com a Adin, seja aqui no Tribunal de Justiça, seja no Supremo Tribunal Federal para ver garantido o direito constitucional do cidadão baiano de não ser, mais uma vez, pego por este governo com a cobrança de tão absurda taxa.

Esperamos que o bom senso que teve o governo de reconhecer a cobrança indevida, de agora estar enviando, novamente, para esta Casa o projeto corrigindo esta distorção, que o governo tenha a mesma humildade de devolver de quem já pagou.

Agora, uma coisa me preocupa, nobre deputado J. Carlos: numa altura destas, esses R\$ 6 milhões, que eram para a reestruturação do Corpo de Bombeiros, caíram no caixa único do Estado. E aí já foram desviados para outra finalidade, até porque desviar para outra finalidade é uma prática comum deste governo. Pega os recursos das contas vinculadas, das contas dos convênios, e utiliza para pagar custeio. Numa altura destas, esses R\$ 6 milhões, que eram para apagar o incêndio que pudesse ocorrer na sociedade, vão ajudar a apagar o incêndio das contas do governo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Concedo a palavra ao nobre Líder do governo e da Maioria, ou ao Líder do Bloco Parlamentar PDT-PCdoB, para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Sr. Presidente, falará, por 6 minutos, o deputado Álvaro Gomes, e por 5 minutos, a deputada Fátima Nunes.

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Com a palavra o deputado Álvaro Gomes pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, demais deputados, não poderia deixar de registrar, mais uma vez, a minha indignação com relação à condenação e procedimento injusto do Supremo Tribunal Federal, quando, na realidade, observamos naquela corte exatamente o reflexo do que é a disputa que vivemos hoje no nosso País, que é a verdadeira luta de classes.

Evidente que a Direita e os conservadores jamais ficarão satisfeitos com os avanços que vimos observando, principalmente a partir do governo Lula. O governo Lula melhorou este País, reestruturou este País, e isso incomoda. Isso incomoda a Direita, isso incomoda os setores atrasados, reacionários. Incomoda saber que o governo Lula e o governo da presidenta Dilma realizaram o maior programa de casa popular da história.

Incomoda os reacionários e retrógrados observar o Brasil com a sua soberania respeitada internacionalmente. Incomoda os reacionários, os conservadores a melhoria das condições de vida da nossa população, seja na questão do emprego, seja na questão da moradia, seja na questão da educação. O governo dobrou o número de

vagas nas universidades e, principalmente, o crescimento nas universidades federais.

Então, isso tudo incomoda, isso se reflete no Supremo Tribunal Federal. Esse julgamento foi exclusivamente político e marcado pela pressão da parcela reacionária da mídia. Foi um julgamento sem provas. Foi um julgamento que não respeitou o trâmite normal de uma peça jurídica.

Portanto, o Supremo Tribunal Federal, neste momento, vem se comportando como um segmento de defesa daqueles atrasados, conservadores e reacionários. Não fosse assim, teria julgado o escândalo do DEM, teria julgado os escândalos do PSDB. Mas, não, resolveram julgar, e julgar de forma equivocada, apenas a questão do chamado mensalão.

Sr. Presidente, neste momento, conclamo não apenas os deputados, mas também a população a participar de uma grande atividade que vamos fazer no Novembro Roxo. Não há nenhum problema. O novembro é Novembro Negro e Novembro Roxo. É o Novembro Negro em função da questão da consciência negra, que é mais do que justa, é a luta contra o racismo, a discriminação. E o Novembro Roxo, e é roxo, não azul, é um movimento de conscientização da sociedade na luta pela prevenção dos cânceres de pênis e próstata. Já realizamos diversas atividades, várias reuniões nos bairros e a próxima atividade que teremos será um arrastão, uma caminhada, da Barra à Ondina. Lá vamos estender o tapete roxo de 100 metros de comprimento e estaremos todos de roxo para conscientizar a população da necessidade de prevenção dos cânceres de pênis e próstata.

Logo depois teremos, no mês de dezembro, um mutirão no Hospital Aristides Maltez, a principal referência de câncer não só da Bahia, mas uma das principais referências internacionais. O Hospital Aristides Maltez está envolvido nessa questão e se colocou à disposição da população para, no dia 14 de dezembro, fazer um mutirão de exames de próstata ou de toque, o PSA e o exame de pênis. Se necessário, será feita a cirurgia de fimose, uma das causas do câncer de pênis. São aproximadamente mil e quinhentas amputações de pênis ao ano. Só no Hospital Aristides Maltez são 70 cirurgias ao ano. O câncer de pênis, por exemplo, é evitável. Só com a higiene consegue-se evitar o câncer de pênis.

No caso do câncer de próstata, constatado no início é 100% curável. As mortes pelo câncer de próstata podem ser evitadas, porque mata milhares de pessoas todos os anos. Constatado com antecedência, esse câncer poder ser curado e a pessoa viver normalmente.

Portanto, convido todos os parlamentares e a população para que na próxima sexta-feira, dia 22/11, às 10h, nos concentremos de roxo na Barra para que nos desloquemos até a Ondina, na caminhada Roxa de Prevenção aos Cânceres de Pênis e de Próstata.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa): - Com a palavra a deputada Fátima Nunes, pelo tempo de até 5 minutos.

A Sr^a FÁTIMA NUNES:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, Imprensa, Sr^{as} Taquígrafas, Srs. Servidores desta Casa, Srs. Telespectadores, nesta tarde, queria demonstrar o meu apoio e a minha luta pelo Partido dos Trabalhadores. Doravante aviso a todos que virei todos os dias a esta Casa de vermelho. Porque assim representarei a nossa luta, as nossas conquistas e o sonho de muitos homens e mulheres que por muitos anos não tiveram oportunidades. Foi com a nossa resistência, planejamento diário, voz nas ruas e com a eleição de companheiros da qualidade do companheiro Luiz Inácio Lula da Silva e da nossa presidenta Dilma que hoje podemos ver jovens na universidade. Podemos ver muitas mães serem donas de suas próprias residências com o programa Minha Casa Minha Vida. Podemos ver muitas pessoas no sertão e no litoral terem água na cisterna e na torneira.

E é verdade que a cidadania, a autonomia, a vez e a voz que os trabalhadores e trabalhadoras têm, hoje, neste País incomoda a muitos. Incomoda, às vezes, até aqueles que foram alçados ao poder por conta dessa luta, mas que traíram o seu jeito de compreender o poder e usam da força para querer humilhar, massacrar o Partido dos Trabalhadores, mas sabendo eles que jamais destruirão a nossa força, como bem disse o nosso presidente Lula, jamais alguém duvide da força dos trabalhadores.

Quero deixar nos anais desta Casa, sei que o tempo não será suficiente, registrada a nota do Partido dos Trabalhadores sobre a Ação Penal 470. De forma perversa, injusta, dentro de uma exibição de poder e de mídia, esse Supremo Tribunal Federal, na pessoa do Joaquim Barbosa, usou um dia simbólico, a Proclamação da República, para colocar na cadeia aqueles que nasceram na luta. Eles colocaram esse País na oportunidade de sair da ditadura, de sair dos escombros, de muitos assassinatos, de muitas pessoas que foram vítimas, líderes que foram mortos nas praças para hoje termos a oportunidade de falar, de se organizar, de caminhar e de dizer que esse Brasil tem orgulho de ter um povo que pode dizer que é brasileiro.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, vi que o deputado Bruno Reis achou ruim a palavra da deputada Luiza Maia. Quero dizer a esse deputado e aos demais - que não apenas a deputada Luiza Maia, a qual parablenizo pela sua força e a todos nós, do Partido dos Trabalhadores, - que muitas outras pessoas intelectuais da sociedade, jovens, estudantes estão se manifestando, através dos meios de comunicação, sobre essas prisões injustas, sobre essa atitude arbitrária cometida por esse que se considera o dono do mundo. Quando, na verdade, o dono do mundo é o nosso Deus que nos criou, nos deu cabeça para pensar e para compreender e lutar para combater as injustiças que sofremos por muitos anos. Basta saber que esse País viveu 400 anos de ditadura. É por isso que hoje também a nossa luta é para que os negros, as mulheres e os jovens tenham o seu lugar na sociedade.

Portanto, Sr. Presidente, quero dizer que afirmamos ontem no encontro do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores, do qual sou membro com muito orgulho, que o PT continuará firme na luta, continuará envidando todos os esforços contra a partidarização no Judiciário e contra a forma injusta, ilegal e arbitrária com os nossos companheiros Genoino, José Dirceu e Delúbio.

Vamos em frente porque a história contará para nós a verdadeira realidade

dessa situação.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou o Líder do Bloco Parlamentar PMDB, PSB para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Com a palavra o deputado Sandro Régis por 5 minutos, e o deputado Leur Lomanto Junior por 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Com a palavra o deputado Sandro Régis pelo tempo de 5 minutos, e o deputado Leur Lomanto Junior por 5 minutos.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos das Galerias Paulo Jackson, nessa semana, deputado Leur Lomanto Junior, ocorreu aqui em Salvador o 55º Congresso Nacional de Ginecologia e Obstetrícia aqui no Estado. Aproximadamente seis mil médicos participaram desse congresso com cinco professores internacionais.

Na semana passada, o secretário Leonelli – presidente da Comissão de Saúde, gostaria que V.Ex^a escutasse o que vou falar - esteve nesta Casa e disse que o Centro de Convenções estava recuperado. Pois bem, ocorreu o 55º Congresso Brasileiro de Ginecologia e Obstetrícia, Bahia 2013, no Centro de Convenções. Estavam presentes 6 mil médicos de todo Brasil contando com a participação de 5 ou 6 professores internacionais.

Pasmem! Não havia água nos sanitários dentro Centro de Convenções! Repito, não havia água nos sanitários! Todos os elevadores estavam quebrados! E somente uma escada rolante funcionava!

A Bahia passou a maior vergonha dos últimos tempos. Todos os médico, que estiveram visitando o nosso estado, presidente, saíram revoltados com a falta de respeito do governo perante a categoria.

Deputado Leur Lomanto Junior, o fedor dos banheiros invadiu o auditório dos médicos! Teve de se antecipar o congresso. É uma vergonha! Os médicos disseram que participaram de todos os congressos no Brasil e nunca ocorreu o que está ocorrendo na Bahia! Foi um congresso para 6 mil médicos, no qual não havia água nos banheiros.

O secretário Leonelli esteve, aqui, durante a semana passada, na Comissão de Infra-Estrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo. Ele disse que o Centro de Convenções não estava abandonado. Ora, deputado Jurandy Oliveira, a Bahia passou um vexame! É o descaso deste governo com os baianos! É o descaso deste governo com a classe médica!

Eu gostaria, presidente da Comissão de Saúde, de que V.Ex^a levasse este assunto à comissão. Como pode o estado, avisado anteriormente há 2 anos sobre a realização deste congresso internacional, no qual haveria mais de 6 mil médicos, manter o Centro de Convenções sem ter água nos banheiros?

A deputada Luiza Maia faz deboche. Ela está aqui falando no ouvido do

presidente da comissão. Mas, uma deputada que defende o mensalão, tem de fazer deboche com a saúde realmente e tem de fazer deboche com os médicos!

Quem acompanhou as redes sociais, durante este final de semana, viu a indignação da classe médica revoltada com o governo. Era a classe médica revoltada com o pouco caso do governo do estado, deputado Carlos Brasileiro! Falo, deputado Carlos Brasileiro, em 6 mil médicos contando os 6 professores internacionais! E, pasmem!, não havia água nos banheiros do Centro de Convenções! Repito, não havia água nos banheiros do Centro de Convenções, deputado Zé Neto! O fedor invadiu o auditório! Não havia um elevador, presidente! Só havia uma escada rolante funcionando para um congresso nacional!

Os médicos da Bahia estão envergonhados, pois eles foram humilhados pelos seus colegas! Deputado Luciano Simões, há o pior! O secretário veio, durante a semana passada, à Comissão de Infra-Estrutura e disse que o Centro de Convenções não está abandonado!

Realmente, não havia água no banheiro! Não havia ar-condicionado! Não havia elevador! E o Centro de Convenções não está abandonado!

O modelo PT de administrar o Centro de Convenções é o modelo do governador Jaques Wagner administrar a Bahia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra o deputado Leur Lomanto Júnior pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. LEUR LOMANTO JUNIOR:- Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Parlamentares, esta é a realidade de nosso estado! Vejam, um dos principais jornais de circulação no mundo, o New York Times, publicou, em sua manchete, Salvador como a capital ou a cidade mais violenta do País. Isso, sem sombra de dúvida, deputado Gaban, traz uma repercussão muito ruim para a nossa cidade e para o nosso estado, pois Salvador tem o turismo como uma de suas principais atividades econômicas.

Hoje, o deputado Sandro Régis discursou sobre o estado de abandono em que se encontra o nosso Centro de Convenções. É vergonhoso! É vergonhoso para nós, baianos, que temos a tradição de receber bem o nosso turista, com o carinho e o calor humano que só o baiano tem, realizar um evento da grandeza do que foi realizado, nesta última semana, um congresso na área de Medicina, e, ao chegarem os turistas ao Centro de Convenções, deputada Luiza Maia, e V.Ex^a vai concordar com o que eu vou falar, encontrarem aquele espaço sem nenhuma estrutura! Sequer uma estrutura mínima para o funcionamento adequado! Sistema de ar-condicionado quebrado, as escadas rolantes sem funcionar, nem água tinha, o deputado Sandro Régis relatou aqui, deputado Jurandy. Para V.Ex^a ter a noção do fato e do acontecimento, as pessoas tinham de sair do Centro de Convenções para fazer as suas necessidades. Imagine a repercussão que isso tem para a atração de novos eventos dessa grandeza. É essa a realidade do Estado da Bahia.

É triste ver os dados na área de segurança pública. A Bahia é uma das piores taxas de homicídio do País, comparada a estados como Rio de Janeiro e São Paulo. E nós, que temos praias belíssimas, atrativos belíssimos, rica cultura e rica história, passamos a viver com esses fatos que têm uma repercussão extremamente negativa, inclusive internacionalmente, caro presidente Aderbal Fulco Caldas.

Mudando um pouco de assunto, quero, mais uma vez, pedir aos Srs. Parlamentares que possamos aprovar o orçamento impositivo nesta tarde, meu caro presidente Marcelo Nilo. Pelo que pude conversar com parlamentares de diferentes partidos, seria um ato de soberania e de grandeza deste Parlamento. Há quase unanimidade pela aprovação do orçamento impositivo nesta Casa. O deputado Fabrício, relator, já está com o relatório pronto, deputado José de Arimatéia. Não falta absolutamente nada. Os prazos já foram cumpridos, basta agora que o presidente coloque o orçamento na Ordem do Dia para que os parlamentares possam aprovar essa PEC, que é a independência deste Parlamento e que possibilitará aos parlamentares responderem as demandas dos seus municípios de forma independente e autônoma. Sabemos das dificuldades que temos para representar as nossas bases e levar os investimentos necessários para os municípios que representamos.

Então, seria uma grande oportunidade deste Parlamento, no dia de hoje, já que não há nenhum impedimento de ordem legal e nem de ordem regimental, aprovar a PEC do deputado Euclides Fernandes na tarde de hoje.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Concedo a palavra ao Líder da Maioria ou ao Líder do Bloco Parlamentar PSC/PV/PR/PRB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Sr. Presidente, falará pelo tempo de 6 minutos o deputado José de Arimatéia e pelos minutos restantes o deputado Pastor Sargento Isidório.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra o deputado José de Arimatéia pelo tempo de até 6 minutos.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATÉIA:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, imprensa presente, TV Assembleia, venho a esta tribuna, primeiro, para comunicar que não aprovamos, hoje, na Comissão de Saúde e Saneamento, o parecer do Projeto de Lei nº 18.353/2009, de autoria da deputada Maria Luiza Laudano, que institui a Semana de Conscientização do Mal de Alzheimer e dá outras providências, por falta de quórum. Não houve quórum de votação na Comissão de Saúde e Saneamento hoje.

Na oportunidade, Sr. Presidente, registrei naquela comissão que, hoje, em Feira de Santana, pela manhã, houve uma inauguração. Infelizmente não pude participar, porque tinha um compromisso nesta Casa, às 10h15min. Em Feira de Santana, o secretário de Saúde, Dr. Jorge Solla,

(Lê) “Inaugurou no Hospital da Criança, oficialmente, nesta manhã de terça-

feira o serviço de oncologia pediátrica da unidade, que irá atender crianças de Feira de Santana e municípios circunvizinhos.

Então, a ala terá, inicialmente, 15 leitos com a finalidade de ampliar as chances de cura das crianças, que vivem com um problema tão delicado quanto o câncer. A nova ala, que ocupará o 5º andar do Hospital da Criança, conta com 13 leitos para internação, ambulatório, quimioteca, para a realização de quimioterapia e brinquedoteca com o objetivo de gerar a distração através de jogos, televisão, livros e música. No total foram 28 leitos.

O atendimento será destinado aos pacientes com suspeita ou diagnóstico de câncer, com idades entre zero e 15 anos incompletos. A equipe coordenada pela Dra. Maria Dolores Dorea, uma das fundadoras do grupo de apoio à criança com câncer da Bahia é composta por nove médicos pediatras – especialistas em oncologia, enfermeiros, assistentes sociais, psicólogos e técnicos em enfermagem.

Vale ressaltar, Sr. Presidente, que no próximo dia 23 comemoramos o Dia Nacional do Combate ao Câncer infantil e a iniciativa do Hospital Estadual da Criança, aliado ao Secretário Dr. Jorge Solla, representa uma grande vitória e esperança para todos nós, especialmente às crianças carentes do estado da Bahia.

Então, isso mostra, Sr. Presidente, o compromisso que o governo do Estado tem de melhorar a saúde pública. Mostra também, nessa inauguração, que o Hospital da Criança é um hospital de referência, está comprovado isso.

Quero mais uma vez parabenizar o Dr. Jorge Solla, homem com experiência nessa área. Ele pegou a saúde da Bahia com o SUS investindo apenas R\$ 1,4 bilhão. Hoje, investe mais de R\$ 3 bilhões na saúde do Estado da Bahia.

Sr. Presidente Aderbal Fulco Caldas, o Dr. Jorge Solla tem experiência e competência para administrar.

O Sr. Carlos Ubaldino:- Um aparte, deputado.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATÉIA:- Com o aparte, o deputado Carlos Ubaldino.

O Sr. Carlos Ubaldino:- Agradeço o aparte ao nobre companheiro.

Srs. Deputados, Sr. Presidente, meu companheiro Aderbal, pedi este aparte para externar minha opinião a respeito de um secretário que veio mudar a história da saúde no Estado da Bahia, o secretário Jorge Solla. Ele se doou, palmilhando a trilha do governador Jaques Wagner, que também veio mudar a fisionomia da política da Bahia.

O secretário Jorge Solla, como parceiro, contribuiu na área da saúde como nenhum outro em outro tempo. Construiu o Hospital da Criança, em Feira de Santana, que é um presente de Deus para toda a nossa querida Bahia; o Hospital de Santo Antônio de Jesus, que era um verdadeiro elefante branco; o Hospital de Juazeiro da Bahia; o Hospital do Subúrbio. A saúde, que era um caos, tornou-se realidade. Hoje, a Bahia deve a esse homem, que, realmente, veio mudar a história da saúde no Estado.

Parabéns, Jorge Solla! Conte com o apoio dos pares desta Casa, que sempre têm um gesto de apreço ao trabalho de V.Exª. Por certo, Deus continuará abençoando-o, porque o Deus a que nós servimos é o Deus de justiça, e o trabalho de Jorge Solla

veio contribuir com os baianos.

Muito obrigado pelo aparte, nobre deputado.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATÉIA:- Sr. Presidente, tenho mais um assunto a tratar, mas o tempo já se exauriu.

Em outra oportunidade voltarei a esta tribuna para falar sobre a minha participação em um importante evento em Brasília.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra, pelo tempo de 5 minutos, o nobre deputado Pastor Sargento Isidório.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, Srs. da Imprensa, visitantes presentes às Galerias Paulo Jackson, gostaria de fazer uma comunicação inadiável muito importante para a sociedade baiana, para esta Casa Legislativa e para todos os Poderes do nosso Estado.

(Lê) “O deputado que esta subscreve vem, na forma regimental, inserir na ata dos trabalhos desta Casa Legislativa, moção de congratulações à Record-Bahia e toda a sua equipe, que completa, nesta data, 53 anos, pelos serviços de cidadania prestados à população baiana e conhecimentos que acrescentou ao Estado e ao nosso País.

Nossos parabéns a todos os apresentadores da Record-Bahia, entre eles Analice Salles, Jéssica Senra, Raimundo Varela, Adelson Carvalho, José Eduardo (Bocão), Ana Paula Farias e Carolina Lima, e a toda equipe de produção, reportagem, edição, direção, que constroem a cada dia uma TV Record Bahia ainda mais interessante.

Que o Deus de Israel, criador de todas as coisas, dono do Céu e da Terra, continue abençoando este empreendimento, esta grande empresa de comunicação.

A Record Bahia é parte da Rede Record de Televisão. Transmite programas musicais, jornalismo, variedades e futebol. A grade de programação é bem variada. Os programas de entretenimento, humorísticos, de variedades e jornalísticos são o ponto alto da emissora. As reportagens locais são recebidas com grande interesse pela população. A Record Bahia oferece entretenimento, informações de qualidade e credibilidade, valorizando as histórias dos baianos. É a primeira emissora do Estado e do Nordeste, conquista diariamente mais de 12 milhões de telespectadores em 272 municípios em toda a Bahia.

Após a tramitação regimental, dê-se conhecimento da presente **MOÇÃO DE CONGRATULAÇÕES** ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado da Bahia Jaques Wagner, aos Senhores Secretários Estaduais, especialmente o secretário de Comunicação, Robinson Almeida, e a toda população do Estado da Bahia.”

Parabéns a todos os profissionais de imprensa, de comunicação e rádio ligados à Record Bahia! Parabéns a Varela, Zé Eduardo, Adelson e às outras apresentadoras aqui citadas! E que Deus permaneça ampliando esta empresa de forma a que continue, por todo o Estado e todo o Brasil, fazendo o bem ao povo baiano e brasileiro e levando a verdade, a notícia de primeira mão e em primeira hora a todos os níveis.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Concedo a palavra ao nobre Líder do governo e da Maioria ou ao Líder do PSD para falar ou indicar o orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Carlos Brasileiro:-Sr. Presidente, não há orador inscrito pelo PSD.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou do DEM para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Sandro Régis:- Por 11 minutos falará o deputado Luciano Simões.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):-Com a palavra, durante 11 minutos, o deputado Luciano Simões.

O Sr. LUCIANO SIMÕES:- Sr. Presidente, deputado Aderbal, Srs. Deputados, deputado Jurandy Oliveira, eu estava pensando e estava preparado para falar sobre o problema do Centro de Convenções, que hoje envergonha o Estado da Bahia. E eu pediria ao governador, não em homenagem aos baianos, mas sim como uma homenagem maior ao ex- governador Roberto Santos, que apoiou o atual governo e foi o idealizador e construtor daquela obra, que tomasse uma atitude em nome do seu apoiador, um homem de bem desta terra, reconhecendo aquele que o apoiou em duas campanhas políticas. Então que não deixasse o Centro de Convenções, com uma localização privilegiada na capital do Estado, ser destruído pela falta de manutenção.

Deputado João Carlos Bacelar, vou tratar agora da fila de caixões, defuntos e presuntos do Departamento de Polícia Técnica Nina Rodrigues que tem deixado as famílias baianas durante seis, sete, oito, dez horas a esperar pela liberação dos seus entes queridos. Aquele instituto é totalmente desassistido financeiramente pelo governo da Bahia, chegando ao caos, que foi manchete na imprensa baiana nesse final de semana. Isso também reflete um quadro negro da administração do PT neste Estado.

Também ia abordar o tema que o Líder da Minoria já abordou, da CPI sobre o pagamento que o governo estadual executou no valor de três ferryboats, levando apenas dois. Quando vamos ao supermercado, são oferecidos três produtos pelo preço de dois.

Mas, infelizmente, temos mais uma triste nota nesta tarde. O pronunciamento da deputada Luiza Maia leva-me a dar alguns esclarecimentos, fruto do meu pensamento, no que diz respeito ao Mensalão. Não tenho nada de pessoal contra as figuras do ex-deputado federal e ex-chefe da Casa Civil José Dirceu e do ex-presidente da Câmara João Paulo Cunha. Também tive o prazer de viajar algumas vezes com o ex-presidente do PT José Genoíno, uma pessoa admirável, culta e um deputado bravo no Parlamento Federal.

Mas na verdade, deputada Luiza Maia, o que não pode é o Partido dos Trabalhadores querer desclassificar crimes. O que ocorre é que antigamente falava-se de corrupção quando o gestor público, após um processo licitatório viciado ou não,

recebia percentagem de cinco, dez, quinze por cento na construção de obras públicas. Essa era a forma natural tempos atrás, antes da corrupção do PT que foi fiscalizada pelos órgãos legislativos, judiciais e pelo Ministério Público.

O PT alega que foi crime político, mas a diferença entre crime político e corrupção está muito distante. Enquanto outrora recebia-se percentagem de construções, deputado Aderbal, o PT vai direto na fonte. Rouba o dinheiro do povo, do Banco do Brasil, do Erário Público e o entrega a parlamentares, empresas de publicidade e correligionários. Eles tiram diretamente do Erário! É roubo mesmo, é furto! Não existe qualquer hipótese de crime político. Foi arrombamento de cofre o que fez o Sr. Marcos Valério junto com a empresa de publicidade. Não há como falar em crime político em momento algum. O PT tira do cofre público, não faz curva.

E a cópia está aqui na Bahia, pois a Secretaria de Desenvolvimento Social destinou, deputado Jurandy Oliveira, V.Ex^a que apoia o governo e até hoje não teve um convênio para o seu prefeito, 16 milhões para o Centro Açuruá em Gentio do Ouro, uma associação. Fui ver o objeto do convênio: prestar palestra sobre o Pré-Sal, que está a 2 mil quilômetros de Gentio do Ouro.

Então, na verdade, o PT pega a zorra mesmo dentro do Erário. “Vamos roubar aqui mesmo, levar esse “diabo” desse dinheiro e vamos entregar a quem nos interessar!

A todo momento a corrupção está em vista. É a mesma orientação. E o manto do PT de ter a coragem... A deputada Luiza Maia é uma deputada corajosa! E ainda está dizendo que é tudo mentira! Uma apuração que durou quase 12 meses, oito anos, cinco anos... Uma apuração com a participação de peritos contábeis, do Congresso Nacional, do Supremo Tribunal Federal! E que manto quer se criar em torno desse crime hediondo?! Deputada Luiza Maia, o PT mudou o conceito de corrupção. Invadir-se o Erário, saquear o Erário e botar na conta de sua esposa, do seu marido, do seu correligionário, agora, pelo PT, o conceito é “crime político.” É o novo conceito de corrupção, é o novo conceito de ladroagem! Foi o que ocorreu. O PT, para conquistar votos, sacou do dinheiro público, entregou-o a terceiros, juntou notas frias de publicidade, notas frias de financiamentos fantasiosos... Isso é roubo, é crime, é corrupção! Esse manto de crime político é uma vergonha nacional! Esse partido tem de ser banido do País! Esse partido tem de ser banido do Estado da Bahia! Usa-se tudo que é forma de corrupção! Todas as formas de corrupção! E o PT vem tentar defender com o manto de crime político.

Deputado João Carlos Bacelar, V.Ex^a foi presidente da Câmara de Salvador. O deputado Reinaldo Braga foi presidente da Assembleia Legislativa. O Plenário desta Casa tem uma Bancada majoritária do Partido dos Trabalhadores e aliados. Foram feitas, aqui nesta tarde, inúmeras denúncias pela Bancada da Oposição: Centro de Convenções, Instituto Legal Nina Rodrigues, a CPI do Ferryboat, e tantas e tantas outras denúncias trazidas aqui pelos deputados Bruno Reis, Sandro Régis, Leur Lomanto Junior e Elmar Nascimento. E nos meus sete mandatos, assisto aqui à Bancada do governo se omitir de defender, deputado Jurandy Oliveira, o seu próprio governo constituído e estabelecido.

Esta é a situação da gestão do Partido dos Trabalhadores na Bahia: a sua própria Bancada se envergonha e não vem à tribuna responder as acusações e os pronunciamentos da Bancada oposicionista. Que vergonha!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria ou o Líder do PT para falar ou indicar o orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Sidelvan Nóbrega :- Sr. Presidente, falarão, por 6 minutos cada, os deputados José de Arimatéia e Carlos Ubaldino.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra, pelo tempo de 6 minutos, o nobre deputado José de Arimatéia.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATÉIA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, mais uma vez volto a esta tribuna para registrar que, ontem, estive em Brasília, participando de uma sessão solene em homenagem ao Dia Nacional do Conselheiro Tutelar onde estiveram presentes vários representantes dos conselhos tutelares da Bahia. Aqui quero parabenizar o deputado federal Márcio Marinho, proponente daquela sessão, quando, na oportunidade, ele fez o lançamento da Frente Parlamentar em defesa dos conselheiros tutelares. E o que ouvimos no Congresso Nacional, Sr. Presidente, foram, realmente, as lamentações sobre as dificuldades que os Conselhos Tutelares vêm tendo em alguns municípios, não só da Bahia, mas também em outros estados. Porém, como alguns conselheiros tutelares estavam presentes, eles puderam relatar as suas dificuldades. Para que vocês possam ter ideia, existem municípios onde ainda não foram implantados o sistema de Conselho Tutelar. Existe uma lei federal que determina cada município ter o Conselho Tutelar.

Por isso, Sr. Presidente, aqui, durante esses 23 anos de vigência do Estatuto da Criança e do Adolescente obrigando a inclusão do sistema de Conselhos Tutelares, não podemos deixar de parabenizar o deputado Márcio Marinho por ter criado a Frente Parlamentar em Defesa dos Conselheiros Tutelares.

Inclusive, o evento contou com as presenças do deputado federal Vítor Paulo que, também, está fazendo parte desta Frente Parlamentar; do deputado Mauro Benevides, lá do Ceará, que também está integrado a esta Frente Parlamentar; do coordenador do Fórum Permanente dos Conselhos Tutelares do Estado da Bahia, Adi Lira; do secretário de Estado de Esporte do Distrito Federal, Júlio Ribeiro; de Janderson Louvres, membro titular do Conselho Estadual de Juventude na Bahia e, também, da Sr^a Maria Isabel da Silva, presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – o Conanda.

E, aí, nós pedimos a Sr^a Maria Isabel da Silva levar, ao conhecimento da ministra Maria do Rosário, a dificuldade que os conselhos estão tendo. Se não fossem as emendas dos deputados federais, que têm colocado um kit para os Conselhos Tutelares, realmente, a coisa estaria muito pior.

Então esperamos que, agora, com esta frente criada, a ficha dos prefeitos possa cair porque, na verdade, muitos prefeitos estão fazendo vista grossa sobre a

importância dos Conselhos Tutelares. É o Conselho Tutelar quem cuidará das crianças e dos adolescentes que são o futuro de nossa Nação e do nosso Brasil.

Por isso, Sr. Presidente, ontem, não pude estar aqui, porque tinha assumido este compromisso. No mês passado, tivemos uma sessão especial em Comemoração aos 23 anos do ECA. E, nesta tribuna, o deputado federal Márcio Marinho fez o seu pronunciamento e disse que estaria lançando esta Frente Parlamentar em Defesa dos Conselheiros Tutelares. No momento, ele já conseguiu as assinaturas necessárias, conforme o regimento daquela Casa. Então já está oficializada a criação da Frente Parlamentar em Defesa dos Conselheiros Tutelares.

Quero, aqui, parabenizar os Conselhos Tutelares da Bahia, representados por mais de 100 cidades. Apesar de outras cidades terem sido avisadas, os seus respectivos prefeitos não liberaram as diárias para que os conselheiros pudessem se alimentar. Tais dificuldades e tais humilhações são a realidade dos Conselhos Tutelares aqui no estado da Bahia em muitos municípios. Você conta no dedo quais são os municípios que, realmente, estão tendo a atenção de seus respectivos gestores.

Para finalizar, Sr. Presidente, gostaria de que a nossa presidente da UPB, Maria Quitéria, também prefeita, pudesse levar ao conhecimento dos prefeitos a importância que os Conselhos Tutelares têm em cada cidade da Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra o nobre deputado Carlos Ubaldino pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. CARLOS UBALDINO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, companheiros e companheiras, amigos das Galerias Paulo Jackson, este é um momento de grande reflexão na nossa querida Bahia, quando percebemos o relevante trabalho do nosso querido governador Jaques Wagner, entregando a Via Expressa aos baianos, obra que ficará na história da nossa Bahia. Ele teve a coragem de fazer mais de 600 desapropriações, produzindo ali, realmente, um cartão-postal para a nossa querida Salvador.

Eu tenho certeza de que após 8 anos de mandato, a nossa querida Salvador mudará de fisionomia, desde o aeroporto, com a construção do anel viário, e agora com os viadutos da Paralela, que por certo irão contribuir para o fluxo de veículos, para que os baianos tenham o direito de sair deste caos que se instalou na nossa capital.

Quero comungar com a ação deste homem que realmente tem contribuído para o êxito da nossa Bahia. Você trafega daqui para Paulo Afonso, para minha querida Olindina... Meu companheiro Aderbal é testemunha de que há 7 anos o ônibus saía daqui de Salvador e não se tinha a convicção de que chegaria ao destino. Hoje, daqui para Paulo Afonso, Barreiras, Irecê, é tapete preto, graças ao trabalho, à coragem e à vontade de ver acontecerem os anseios dos baianos. Tenho certeza de que ele procede dessa forma para primar pelos mais carentes, fazendo acontecer os anseios do nosso povo.

Meus queridos deputados, na semana passada estávamos em Juazeiro da Bahia, participando da ação do nosso governo. Lá, foram entregues várias máquinas que contribuirão para o desenvolvimento da agricultura daquela região. E tenho certeza de que os baianos farão justiça ao trabalho do governador Jaques Wagner.

Quero, neste momento, comungar com a igreja Assembleia de Deus de Gandu, que realizou na semana passada um grande congresso de senhoras, contribuindo para o êxito do trabalho cristão naquela cidade. O pastor Vilson Roque, aquele homem que realmente veio contribuir com a sociedade cristã, católica, da cidade de Gandu. Estavam presentes várias autoridades, reconhecendo o relevante trabalho daquele baluarte, guerreiro, pastor Vilson Roque. Por onde ele tem passado na Bahia, tem deixado um legado positivo no seu trabalho sacerdotal.

Por certo, meus queridos deputados, quero neste momento citar esse trabalho que vem contribuindo com a sociedade. Muitas vezes, as cadeias não mudam o cidadão, muitas vezes a pancada não muda o indivíduo, mas o poder do Evangelho da Paz tem transformado muitas vidas, inclusive a de Ubaldino. Para quem não me conhece, aos 19 anos de idade, eu dormia em cima de bancas de sinuca, porque não tinha uma cama para deitar. Era um bêbado, um delinquente, sem conhecimento de Deus. E Deus transformou a minha vida. Muitas vezes caía quando descia do palco do Cine Cacique, na cidade de Olindina. E Deus fez de mim um homem de bem, um pai de família, reconhecido pelo cenário evangélico da Bahia e reconhecido por aqueles que acreditam em minha pessoa.

Eu quero, neste momento, encerrar minha sucinta saudação dizendo que o trabalho do nosso querido secretário Jorge Sola vem contribuindo para nossa sociedade, para nosso povo, nossa gente. E não há quem lance a semente em terra boa que ela não venha a frutificar, nascer, crescer e produzir o fruto digno dos nosso baianos.

Aqui fica o nosso apelo e muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, quero fazer uma comunicação inadiável.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Questão de ordem do deputado Sidelvan Nóbrega.

O Sr. Sidelvan Nóbrega: Sr. Presidente, a minha questão de ordem é para pedir a V. Ex^a uma verificação de quórum para a continuidade da sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V. Ex^a será atendido.

Com a palavra o deputado Gaban.

O Sr. Gaban: - Sr. Presidente, há várias informações correndo nesta Casa com relação ao ferryboat adquirido pelo governo, informações preliminares dizem, está na imprensa, não tenho conhecimento sobre o assunto, porque não tive acesso ao material, de que o Estado teria pago por dois ferries o equivalente a três ferries. O pior de tudo, deputado Zé Neto, corre também a informação, à boca pequena, que o calado – preste atenção, deputado Zé Neto, o assunto é sério. V. Ex^a leva tudo na

brincadeira e depois faz como fez com o plano do incêndio, e quando dissemos que íamos entrar com uma ADIN, vocês recuaram e retiraram o projeto. A informação que está correndo aí, à boca pequena, pelas empresas que foram impedidas de participar do processo licitatório, é que a largura dos dois ferrieboats que o governo comprou é maior do que o calado para estacionamento.

Esse é um problema seríssimo, não é brincadeira. A minha sugestão é fazermos uma comissão suprapartidária e analisarmos o caso. É um comentário extremamente grave, que vai trazer prejuízo ao transporte para aqueles que necessitam ir à ilha. É de recurso público que estamos falando, precisamos ver, se isso se confirmar, que providências serão tomadas a tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Para concluir, deputado.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, que V. Ex^a determine uma comissão suprapartidária para esclarecer esse fato que é de extrema gravidade. Repito, Sr. Presidente: informações estão circulando vindas daqueles que foram impedidos de participar da licitação. Mas como é um assunto tão grave, acho que cabe a V. Ex^a como presidente agora, se quiser, pode consultar o presidente titular Marcelo Nilo, designar uma comissão suprapartidária ainda hoje a fim de verificar a veracidade dos fatos que estão aí circulando à boca pequena.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eu vou mandar zerar o painel e lhe concederei a questão de ordem.

Solicito que seja zerado o painel. Comunicamos a todos os deputados que há um pedido de verificação de quórum de continuidade da presente sessão.

Questão de ordem do deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Sr. Presidente, a minha questão de ordem era para solicitar os 15 minutos regimentais na verificação de quórum, mas, já que estou falando, quero reiterar a perplexidade do deputado Gaban em relação ao episódio da compra dos ferryboats.

Nós sabemos que os ingleses quando nos venderam os trens, para que não houvesse a integração nacional, os trens vieram com bitolas diferentes. Então, um trem que saía do Rio de Janeiro não poderia chegar ao norte do País, porque a bitola dos trilhos era diferente.

Tivemos um episódio recente na Bahia com a diminuição do trajeto do metrô e esqueceram de trazer a praça de manobra dos trens de Cajazeiras para a Rótula do Abacaxi. Os trens do metrô teriam que voltar de ré. E agora vem essa denúncia do deputado Gaban de que a largura dos ferries é incompatível com as gavetas dos terminais de Bom Despacho e de São Joaquim.

Imaginem o absurdo, nós vamos ter que parar um ferry no meio da Baía de Todos os Santos e um outro acopla, passa os carros para esse ferry para que possa atracar em Bom Despacho ou em São Joaquim.

O amigo Carlinhos, que tem casa na Ilha, imagine, vai ter que fazer baldeação no meio da Baía de Todos os Santos, porque, Carlos, a largura dos ferries que compraram é maior do que o atracador.

Então, isso vai gerar, sem sombra de dúvida, um prejuízo aos baianos, pois não vamos ter ferries no verão; prejudicaremos mais uma vez a Ilha de Itaparica. Estamos aguardando, deputado Cacá Leão, para constataremos se essa informação que o deputado Gaban relatou no Plenário é verdadeira, ou seja, que a largura dos ferries é maior do que a dos atracadores. Vamos alargar os atracadores, mas o ferry atual não atraca...

A Sr^a Maria Luiza Laudano:- Questão de ordem.

O Sr. João Carlos Bacelar:- (...) com certeza, a deputada Maria Luiza Laudano vai ter uma informação sobre esses ferryboats.

O Sr. Carlos Geilson:- Questão de ordem.

O Sr. Luciano Simões:- Questão de ordem.

O Sr. Zé Neto:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Questão de ordem do deputado Carlos Geilson.

O Sr. Zé Neto:- É um lá e outro cá, não são as duas questões de um lado.

O Sr. Carlos Geilson:- Eu já tinha pedido.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Deputado Carlos Geilson, peço a V.Ex^a que conceda prioridade à base do governo, e em seguida concedo-lhe o aparte.

Questão de ordem, deputada Maria Luiza Laudano.

A Sr^a Maria Luiza Laudano:- Sr. Presidente, gostaria de neste instante pedir aos deputados João Carlos Bacelar e Gaban, pois tenho certeza de que o nosso secretário de Infraestrutura, deputado Otto Alencar, que é uma pessoa que tem mostrado o quanto ama esta Bahia, como zela pela secretaria que administra, todos nós conhecemos quem é o nosso secretário e vice-governador Otto Alencar...

Ele não está na Bahia, está em Brasília, mas tenha certeza de que vamos tomar as informações para que seja esclarecido o que realmente está havendo. Não admito que uma pessoa, um administrador competente como é o secretário Otto Alencar, entenda que um ferryboat seja maior que a estrutura que tem para atracar. Acho que ele realmente pensou em acomodar mais pessoas para a travessia, porque o ferryboat adquirido cabe mais pessoas do que os existentes aí. Até tem maior capacidade nesse item. Mas vou tomar as informações e trarei para aos senhores.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Questão de ordem do nobre deputado Carlos Geilson.

O Sr. Carlos Geilson:- Meu caro deputado Aderbal Caldas, a deputada Maria Luiza Laudano acabou de falar. E ela é dona de casa, creio que vai ao supermercado. Quando vai, compra por um preço e leva mais. Por exemplo, ela paga o preço de 2 kg de açúcar e leva 3. O feijão, ela paga 2 kg e leva 3. Só que o governo da Bahia é ao contrário: ele paga 3 e leva 2. É a inversão no comércio, é você pagar mais e levar menos.

A deputada Maria Luiza Laudano disse que conhece bem o vice-governador Otto Alencar. Pois é, V.Ex^a deve neste momento fazer coro com a Oposição e assinar

a CPI para investigar os ferryboats. Aqui o deputado Zé Neto conseguiu aprovar a CPI para a telefonia celular. O que é engraçado, deputado Luciano Simões, é que o governo federal tem a Anatel, tem o Ministério das Comunicações, e a CPI na Assembleia Legislativa da Bahia é que vai investigar as teles.

Ora, deputado Zé Neto, tenha coragem! Assine a CPI para investigar esses ferryboats, assine para a gente investigar se os preços que foram pagos por esses navios correspondem à realidade, porque o que está aí é que foram comprados de forma superfaturada. Dê um bom exemplo assinando essa CPI proposta pela Oposição.

Agora, V.Ex^a vem fazer espuma, CPI para apurar telefonia quando o governo federal é do seu partido, o Partido dos Trabalhadores, que tem a Anatel, o Ministério das Comunicações, mas não investiga. E o que está aqui dentro doendo, incomodando, são os ferryboats, pois quem utiliza leva 5, 6, 7 horas numa fila esperando. Por que não investigar, deputado Zé Neto? Essas denúncias já vêm se arrastando neste Estado há muito tempo.

Então o deputado faz espuma, joga para a torcida. CPI para investigar a telefonia! A telefonia neste País é uma droga, é uma lástima! Culpa do seu governo, que é leniente, que não fiscaliza, que não pressiona essas operadoras de telefonia celular.

E agora vem para cá jogando pra a torcida, com essa CPI que não vai dar em nada. É só para fazer espuma na imprensa porque, se o Ministério das Comunicações fosse bem- intencionado, nós teríamos uma telefonia de qualidade. Se a Anatel fiscalizasse, nós teríamos uma telefonia de qualidade. Mas na verdade a telefonia móvel neste País é ruim, é péssima, é uma tragédia, e o governo de V.Ex^a é culpado porque não fiscaliza.

Você que me assiste pelo Canal Assembleia, agora eu pergunto: ora, se o Ministério das Comunicações não consegue dar um freio nessas operadoras, se a Anatel também não consegue, vai ser o deputado Zé Neto, com a sua CPI aqui na Assembleia Legislativa da Bahia, que dará? Pelo amor de Deus, deputado! V.Ex^a está apenas jogando para a torcida, entrando em campo com time ruim, perna de pau que engana a torcida. Ela vai para o estádio pensando que verá um espetáculo de Primeira Divisão, Série A, mas acabará vendo a Série D, Série H, Série J.

Porque na verdade, deputado João Carlos Bacelar, isso aí é só para ganhar o espaço na mídia como se estivessem trabalhando, estivessem investigando. Deus do céu, se tivesse de fazer alguma coisa faria o Ministério das Comunicações, que é, inclusive, o governo federal que está à frente, a Anatel, e não se faz nada.

Portanto, está lançado o desafio, V.Ex^a apoiar, nesse momento, assinar a CPI para a gente investigar o superfaturamento na compra desses navios para os nossos ferries.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Sr. Presidente, Sr. Presidente, o deputado Zé Neto não deu presença.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Olhem, a regra, o critério aqui é conceder a questão de ordem a um lado...

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, o que eu estou questionando é que se ele der a presença ele pode falar, sem dar a presença então conceda a mim, por gentileza. Ele está ausente. Como um ausente vai falar? (Pausa.)

Ok. Agora ele deu presença. Muito obrigada, agora sim.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Questão de ordem do deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, respondendo rapidamente, primeiro que não tem nada que nos preocupe com relação ao ferryboat. O ferryboat é da empresa Frontier Happy, vendeu dois ferries, e essa empresa aí que está reclamando não participou do certame, porque queria que nós fôssemos buscar o ferry lá na Europa, queria que as condições dadas no edital fossem as dela, e aí não funcionou, ela não participou porque não quis participar. Não dava para alterar o edital a mercê dos interesses da empresa que estava botando as regras para participar do jogo.

Eu quero dizer que os dois ferries foram comprados por 54 milhões, 180 carros em um ferry e 212 carros em outro ferry. A média de valor por vaga de carro nesses ferries está em torno de 165 mil reais, a média de valor por carro na compra do Ivete, por exemplo, que custou 78 milhões, é de 650 mil. Portanto, é um valor muito menor de vaga por carro do que o Ivete e o Ana Nery. Portanto, nós evoluímos, porque pegamos um preço muito mais compatível com as necessidades do Estado e muito menor do que no passado.

Os ferries precisam, sim, de adaptação, eu quero dizer ao deputado Gaban que eu concordo com V.Ex^a, os ferries são mais largos, como aconteceu também com os dois ferries que quando compramos, tanto o Ana Nery como o Ivete, todos os dois para atracarem no ferryboat nós tivemos que fazer adaptações. Essas adaptações são, inclusive, incompatíveis assumidamente, nós não estamos dizendo que não vamos fazer, claro que vamos, são ferries mais largos, eles terão, em média, mil e duzentos passageiros, e as empresas que estão reclamando deveriam ter participado do certame, não participaram porque não concordaram com o edital.

Agora, o que eles estão colocando, deviam ter apresentado esse preço. E por que não apresentaram o preço. Agora, depois que o certame correu é que está se reclamando? Eles deviam ter apresentado o preço.

O que nós temos de dizer é que os dois ferries, em termos de valor, estão muito mais barato para o Estado, inclusive a avaliação que nós temos nesse aspecto é por vaga/carro. Uma vaga, nesses ferries, está em torno de 160 mil reais/vaga por carro. O Ivete, por exemplo, a média era de 650 mil, muito mais cara, porque é um ferry menor. Então, esse ferry é muito maior, cabe 1.200 passageiros. Posso dizer a V.Ex^a que não há motivo para esconder as situações que V.Ex^a colocou. V.Ex^a afirmou que tinha necessidade de fazer uma modificação. Tem, sim, se é mais largo, se é maior, e claro que quando compramos os dois ferries últimos tiveram necessidade de fazer mudanças na atracagem desses ferries.

Então, está respondido. E quanto ao deputado Carlos Geilson dizer que o

presidente da CPI da Telefonia é o nosso ilustre deputado Paulo Azi, que tenho esperança muito tranquila que esta CPI seja a CPI da Casa e que ele possa conduzir os trabalhos de tal forma que tenhamos o resultado que a Bahia espera, não só o que eu espero.

O Sr. Gaban:- Solicito a palavra para uma comunicação inadiável, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Nobre deputado Gaban, esgotado o tempo e verificada as presenças de, apenas, 11 Srs. Deputados em plenário, constata-se não haver número suficiente para a continuidade da presente sessão ordinária. Eis o motivo pelo qual a declaro encerrada.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*